



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 114

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 10 DE JULHO DE 2019

ANOVIII



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS 2670

TAQUIGRAFIA

ATA DA 22ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E O IMPACTO PARA OS TRABALHADORES DA SEGURANÇA PÚBLICA (Em 28 de junho de 2019)

Presidência do Sr.
Sr. Anderson Pereira

(Às 9 horas e trinta e oito minutos foi aberta a sessão)

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores bom dia a todos! A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento dos Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais Anderson Pereira e Jhony Paixão, após aprovação em plenário, realizam Audiência Pública com o objetivo de discutir a Reforma da Previdência Social e o Impacto para os Trabalhadores da Segurança Pública. Desta forma, nós convidamos para compor a nossa Mesa de Honra, Excelentíssimo Senhor Deputado Anderson Pereira, proponente desta Audiência Pública;

Excelentíssimo Senhor Léo Moraes, Deputado Federal; Delegado Hélio Gomes Ferreira, Secretário de Estado Adjunto da SESDEC; Senhora Dra. Adriana Oliveira Maia, Membro da Comissão Especial de Direito Previdenciário – OAB/RO; Senhora Universa Lagos, Diretora de Previdência, Representando o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Rondônia – IPERON; Dr. Juliano Musse, Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE e Palestrante; Dr. Francisco Alencar de Souza, Diretor do Departamento de Polícia Especializada, representando a Delegacia Geral da Polícia Civil; Dr. Marcelo Azevedo, Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários – FENAPRF e Palestrante.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com objetivo de discutir a Reforma da Previdência Social e o Impacto para os Trabalhadores da Segurança Pública. Um bom dia a todos.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Pedimos aos que puderem para que por gentileza se coloquem em pé, ouviremos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim Araújo Lima e Música de José de Mello e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Nós registramos a chegada e convidamos para compor a Mesa de Honra, Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Dr. Mauro Nazif. Nós registramos e agradecemos a presença do senhor Leonardo Barreto, Diretor Sindical dos Peritos Criminais. As nossas boas-vindas.

Sr. Wilmozeles Brasil Mendonça, Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores do Departamento de Polícia Federal no Estado de Rondônia; senhora Aline Moraes da Silva, Gerente de Gestão de Pessoas, que representa nesta oportunidade a SEJUS; Major Bombeiro Militar Jesus de Souza, nesta oportunidade ele representa o Comando Geral do Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia. A nossa gratidão pela presença. Delegado Márcio Maia, da Delegacia de Controle de Armas da Polícia Civil.

MESA DIRETORA

Presidente: LAERTE GOMES
1º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON
2º Vice-Presidente: CASSIA MULETA

1º Secretário: ISMAEL CRISPIN
2º Secretário: DR. NEIDSON
3º Secretário: GERALDO DA RONDÔNIA
4º Secretário: EDSON MARTINS

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Hélder Ristler de Oliveira*
Departamento legislativo - *Maria Aparecida Silva N. Lima*
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

Nós cumprimentamos o Coronel Jardel Mandes, que representa o Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia. Nós queremos dizer muito obrigado pela presença.

Com a palavra o Senhor Deputado Anderson Pereira proponente desta Audiência Pública.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Bom dia a todos, mais uma vez! Meus cumprimentos aqui à Mesa. Deputado Léo Moraes, que é importante estar nesta discussão, pois, é membro da Comissão Especial na Câmara Federal. O Deputado Dr. Mauro, que atendeu ao nosso convite de estar aqui, como todos os membros da nossa Bancada para deixar todos cientes que todos foram convidados, os três senadores, todos os deputados federais. Por enquanto os que confirmaram a presença foi o Deputado Léo Moraes, Deputado Dr. Mauro e o Deputado Expedito Netto que ainda não se faz presente. O restante não justificou nem se viria nem as suas ausências.

Mas eu agradeço ao Presidente da Assembleia Legislativa, Laerte Gomes, que nos incumbiu desta missão, justamente por ser da carreira, ser Agente Penitenciário de carreira estadual e membro e Presidente da Comissão de Segurança Pública. Os dirigentes sindicais que preocupados com os seus associados, trouxe esta preocupação até nós, que é uma preocupação de todos estes debates sobre a Reforma. Entender o que tem dentro desta reforma, ela é muito ampla, tem muitas questões que precisam ser colocadas, e os destaques que já estão dentro do projeto e o trabalho que a bancada está fazendo, principalmente a nossa bancada de Rondônia, no sentido de conseguir amenizar o que tem lá dentro. Mas o que nós sabemos por hora, e dos debates que eu já participei, a Audiência Pública que eu participei no Senado e outra na Câmara, é que não vem coisa boa para estes profissionais, para nenhum trabalhador. Esta reforma já foi discutida nesta Casa pelo Deputado Lázinho da Fetagro, mas ele entrou nos aspectos da agricultura e educacional. Nós entramos nos aspectos da segurança pública para que a gente possa entender como que vai ficar.

Agradeço aqui a presença de todos os servidores que estão presentes, pessoal do Sistema Penitenciário Federal também que se faz presente aqui; todos os dirigentes sindicais.

Dá os meus cumprimentos também ao Dr. Hélio Gomes que é o Secretário Adjunto da SESDEC, representando o Secretário de Segurança Pública. Agradeço a Dra. Adriana Oliveira, membro da Comissão Especial de Direito. Agradeço também a Senhora Universa Lagos, Diretora da Previdência do nosso IPERON, nosso Regimento próprio do nosso Estado, nosso Instituto. Dr. Juliano Musse, Economista do departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, DIEESE, que também é palestrante nesta oportunidade. O Senhor Francisco Alencar de Souza, Delegado da Polícia Civil, Diretor do Departamento da Polícia Especializada da Polícia Civil, que também já teve uma participação no Sistema Prisional, já foi Gerente do Sistema Prisional, foi o meu chefe, inclusive, no Sistema Prisional. O Dr. Marcelo Azevedo, Diretor Jurídico da Federação Nacional da Polícia Rodoviária Federal - FENAPRF, palestrante. E que todos se sintam cumprimentados.

Para a gente fazer uma discussão que todos possam ter a participação, principalmente os dirigentes sindicais que tiveram um papel muito importante para esta Audiência acontecer. E

eu quero, também, já justificar a ausência do Deputado Jhony Paixão que por questões de saúde não pôde estar presente e é um dos propositores desta Audiência, junto com a gente. E o Presidente da Assembleia que foi para uma missão na Bolívia, estão trabalhando as relações comerciais entre Brasil e Bolívia, que são os nossos vizinhos aqui. Então, foi uma Comitativa da Frente Parlamentar que está tratando desta questão lá com o Estado Boliviano. Então eles não puderam estar presentes. Mas deixaram os cumprimentos a todos e o trabalho que nós estamos fazendo em prol de amenizar o sofrimento do Servidor em relação essa angústia da Reforma da Previdência. Falo para vocês que meu primeiro posicionamento: eu não sou contra Reforma, eu entendo que a Reforma é necessária, mas ela é necessária para todos. A Reforma ela não pode ser feita da forma que está sendo feita para atingir somente a classe trabalhadora, a classe trabalhadora não tem culpa dessa dívida, essa dívida foi gerado por empresas, por Bancos, pelo Governo.

E uma das minhas falas lá no Senado Federal, uma Audiência Pública que o Senador Paulo Paim convocou, foi justamente em relação a isso, porque a gente não ouve falar, e eu fiz uma pergunta, inclusive, para o representante do governo Federal que estava lá palestrando e defendendo a Reforma lá naquela audiência: o que o Governo Federal tem feito para recuperar essa dívida dos grandes bancos, das empresas e do próprio Governo que tirou dinheiro da Previdência para construir grandes obras no Brasil, que foi gerando esse grande déficit, o que eles têm feito? Porque por enquanto eu não vejo ser feito nada em relação a isso, a não ser querer imputar uma dívida a nós trabalhadores, e isso a gente não pode admitir. Então o que a gente puder trabalhar com a nossa bancada sensibilizando, no sentido dessa Reforma amenizar, até porque depois que aprovar lá os Estados terão que se adequar. O que vai ser colocado e discutido hoje aqui, se o Regime Próprio estão; se não estão, o que está sendo feito nesse sentido. Então essa é a nossa preocupação. Agora, se a Reforma fosse feita para de fato fazer com que o Brasil saísse do buraco, que esse grande furo da Previdência fosse corrigido, teria que entrar todo mundo: Judiciário, Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas, as Câmaras Municipais, tinha que entrar todo mundo no bolo; Tribunal de Contas, não tinha que ficar ninguém de fora. E o que eu vejo é todo mundo querendo salvar o seu pescoço.

Inclusive essa alteração que o próprio Presidente da República fez; o nosso Presidente Jair Bolsonaro, que amenizou a vida dos militares dentro da Reforma, eu acho que foi injusta em relação aos outros profissionais, que eu não vejo diferença.

E o que mais me preocupou na Audiência do Senado foi uma fala do técnico da Previdência, representando o Governo Federal dizer que ele não via a diferença, e aqui os palestrantes estavam nesse dia lá nessa audiência, entre os profissionais de Segurança Pública com outros profissionais em relação a mortes. Ele não via diferença. Segundo ele foi feito um estudo, não falou quem fez o estudo, e esse estudo mostrou que policial militar, o agente penitenciário, o policial civil, o policial federal, o rodoviário federal a estatística mostra que o índice de morte é o mesmo. E a gente sabe que essa não é a realidade, a gente sabe que no Brasil é bem diferente e morre muito policial principalmente em serviço ou em decorrência dele.

Então para a gente iniciar essa discussão, e depois dessa primeira fala que será de 20 minutos pelo Dr. Marcelo Azevedo,

o primeiro palestrante, nós vamos abrir para os membros da Bancaca, em seguida tem o segundo o palestrante. Mas depois nós vamos pegar os inscritos, principalmente os dirigentes sindicais, com base na fala dos palestrantes, para gente abrir essa discussão e assim dar os encaminhamentos que precisam ser dados nesta Audiência.

Então com a palavra, o senhor Marcelo Azevedo, Dr. Marcelo Azevedo com palavra por 20 minutos.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) - Antes da fala do nosso primeiro palestrante, nós registramos a chegada e convidamos a compor a Mesa de Honra, Excelentíssimo Senhor Expedito Netto, Deputado Federal.

O SR. MARCELO AZEVEDO - Bom dia. Eu gostaria de primeiramente cumprimentar a Mesa, através aqui dos nossos parlamentares, o Deputado Anderson Pereira, que foi o proponente desta importante Audiência Pública, para estar discutindo um tema tão importante para a vida de todo cidadão brasileiro, que é o Regime de Previdência que vai estar aí valendo pelos próximos anos. Cumprimentar também o Deputado Léo Moraes, está aqui, o Deputado Expedito Netto acabou de chegar, o Deputado Mauro Nazif, todos os demais membros, os companheiros aqui profissionais da Segurança Pública, policiais rodoviários federais, policiais federais, policiais civis, os policiais legislativos que trabalham aqui na Casa, os agentes penitenciários tanto do Estado quanto os federais, os peritos criminais, guardas municipais, enfim, os colegas da Polícia Militar e Bombeiro Militar, todos aqueles que trabalham de alguma forma contribuindo para segurança de nossa sociedade, seja segurança interna ou externa e todos os demais presentes. Para mim é uma honra estar aqui falando em nome da Segurança Pública. Eu sou Policial Rodoviário Federal, atualmente estou trabalhando na Câmara dos Deputados junto ao Deputado Federal Nicoletti, que é aqui de Roraima, e assessorando-o, e sou diretor jurídico também da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais e acompanho essa discussão a respeito de alterações do regime de Previdência desde a época da PEC 287, tive a oportunidade de estar presente em várias Audiências Públicas no Senado junto com o Deputado Anderson, que estava lá presente também fez uma bela fala em defesa da segurança pública, tive a oportunidade de estar falando em Audiência Pública na Comissão de Segurança Pública na Câmara, a própria Comissão Especial agora da PEC 06 e o que a gente entende, assim como o Deputado Anderson colocou, é que as mudanças sociais, as mudanças econômicas, a sociedade, elas naturalmente são acompanhadas de alterações legislativas e na Previdência não é diferente, agora, essas mudanças, elas têm que ser acompanhadas de discussões, tem que ter uma razoabilidade, nós temos que ser ouvidos nesse processo e muitas vezes por interesse apenas econômicos, por interesse de uma parcela da sociedade que não representa a sua totalidade, nesse processo nós acabamos sendo atropelados e por isso que é importante esses espaços de debates para a gente poder estar apresentando a nossa voz. Eu venho aqui falando em nome de toda segurança pública através da UPB, que é a União dos Policiais do Brasil, ela congrega entidades representativas de todas as forças de segurança civis, essas que a gente nominou aqui. E o objetivo da UPB sempre foi de

trazer um debate a respeito do regime de seguridade social para essas forças de segurança. E porque nós defendemos um regime de previdência própria para a Segurança Pública? Até a gente usa slogan "Previdência Policial não é Privilégio".

Por que em todo mundo civilizado, existe um regime próprio de previdência para profissionais da Segurança Pública, seja a segurança interna da Nação, através das polícias, dos agentes penitenciários, os guardas municipais, os peritos, enfim, todos aqueles profissionais, policiais militares, os bombeiros militares que atuam na segurança interna da Nação, seja na defesa externa, através das Forças Armadas, isso no nosso País já existe, então se nós pegarmos o modelo de seguridade social previsto na Constituição Federal de hoje, nós observamos que as Forças Armadas, lá no artigo 142, elas possuem um regime de proteção social estabelecido, regulamentado através de uma Lei Ordinária. As policiais militares e os bombeiros militares também possuem legislações nos Estados que tratam do seu modelo de Previdência próprio, diferente dos demais servidores do Estado e as Forças de Segurança Cívica, Polícia Rodoviária Federal, Federal, Polícia Civil, os agentes penitenciários socioeducativos, guardas e peritos, eles também possuem lá no artigo 40 que trata dos servidores civis nos três âmbitos federativos, ele remete a uma lei complementar a regulamentação do regime de Previdência desses servidores. Então, o modelo constitucional vigente no nosso País, ele já preserva as características próprias desses profissionais. No âmbito das Forças civis, nós temos a Lei Complementar 51 que trata dessa Previdência própria das Forças de Segurança Cívica. E porque quê nós temos esse modelo em separado dos demais trabalhadores, seja do regime geral, seja dos demais servidores públicos, justamente amparado nesses quatro pilares que sustentam o regime próprio de Previdência, atividade de risco, o desgaste físico e mental da atividade e a restrição de direitos aos quais esses profissionais estão submetidos.

Vou passar rapidamente aqui sobre cada um desses pilares. Em relação à atividade de risco, eu costumo dizer que o único privilégio de ser policial, de ser profissional de segurança pública no Brasil, é o privilégio de viver em um País onde nós temos um triste recorde mundial, é o País onde mais se morrem profissionais de segurança pública no mundo. Então, em números absolutos, não existe hoje um País onde se morrem mais policiais em serviço ou em folga, em razão da sua condição de policial. Em 2017, que é o último dado que nós temos disponível, foram 542 profissionais de segurança pública mortos em razão da sua atividade. E se nós pegarmos a faixa específica desses profissionais e fizermos o comparativo tanto com índice de mortes no nosso País quanto o índice de morte mundial, a gente observa o quê? A quantidade de mortes violentas no mundo, o índice que a gente utiliza comparando pela quantidade de mortes a cada grupo de 100 mil habitantes, a média mundial é de 19 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes. No nosso País, infelizmente, ainda é um País de muita violência, a média de mortes para cada grupo de 100 mil habitantes é de 30. Então, um cidadão brasileiro, ele tem 50% mais chance de ser vítima de violência do que a média mundial. A média mundial 19, a média do Brasil 30. Agora um profissional de segurança pública que vive no Brasil, o índice a qual ele está submetido, é de 64 mortes para cada grupo de

100 mil profissionais de segurança pública, ou seja, nós profissionais de segurança pública temos uma chance que supera em mais de duas vezes, o de sermos vítimas de violência por conta, simplesmente de sermos policiais, de sermos profissionais de segurança pública. Isso eu aprendi logo no início da minha carreira na Polícia Rodoviária Federal, em 2004, há 15 anos quando ingressei na PRF. Eu estava no curso de formação. Eu ainda nem era policial. Estava fazendo um curso de formação para me tornar policial. Meu curso de formação foi em Brasília, na Academia Nacional de Polícia. E, na ocasião, nós recebíamos um crachá de identificação para poder acessar as instalações da Academia. E aí no crachá tinha lá: aluno da Polícia Rodoviária Federal, Marcelo de Azevedo. E, com aquele crachá, a gente ingressava nas instalações da Academia, para assistir às aulas ali. Nosso curso foi um curso relativamente rápido, foram cerca de quatro meses de aula. Durante o curso, num dos períodos de folga que nós tivemos (ali havia pessoas de todo o país), um dos nossos alunos, um colega que estava ali fazendo o curso, que queria ser, tinha o sonho de ser policial, de trabalhar em prol da sociedade, foi à sua casa (ele morava no Rio de Janeiro) passar um final de semana com a família para descansar. E, numa das saídas que ele fez, foi abordado por criminosos. Ele estava com o crachá de identificação de aluno e morreu assassinado ali, simplesmente por estar ali identificado como aluno da Polícia Rodoviária Federal. Então, ali, eu era muito jovem à época, tinha 19 anos, e naquela época eu já senti o peso da carreira na qual eu escolhi trabalhar o resto da minha vida. Onde eu observei o risco ao qual nós estamos submetidos. O colega, que nem era policial ainda, mas simplesmente pelo fato de estar com a carteirinha o identificando como aluno foi abordado, identificado e morto pela sua condição de profissional de Segurança Pública. Então, nós vivemos em guerra.

O desgaste físico e mental da atividade é outro elemento muito importante ao se estabelecer um regime próprio para esses profissionais de Segurança Pública. Nós fizemos um estudo, através da Fundação Getúlio Vargas. Esse estudo fez levantamentos junto a policiais rodoviários federais, policiais federais e os policiais civis do Distrito Federal, e o resultado desse estudo foi alarmante. O impacto da atividade policial na saúde física e mental dos policiais é muito grande, e todo mundo sabe que a higidez física para o exercício da atividade policial é extremamente necessária. O impacto da atividade, ao longo de 30, 40 anos na vida daquele profissional, reduz sensivelmente a capacidade de resposta daquele profissional perante a sociedade. Então, o prejuízo do envelhecimento das forças de segurança não ocorre apenas para o policial, para o servidor, mas ele atinge diretamente a sociedade, na medida em que o policial envelhece...A gente utiliza um "slogan" muito comum: o policial envelhece, o crime não envelhece. Aí, se vocês observarem, por exemplo, o que nós tivemos agora, um evento triste esta semana, em Uberaba, onde 25 criminosos tocaram o terror na cidade, fecharam praticamente a cidade, trocaram tiros com policiais. A polícia foi rápida, deu uma resposta rápida, conseguiu prender nove daqueles criminosos.

E se você vir as fotos daqueles nove ali, todos jovens! Todos ali garotos de 25, 30 anos, no máximo. Normalmente criminoso não tem carreira igual um policial. Vai chegar 40, 50, 60 anos. O criminoso, quando ele passa determinada

barreira ali que ele não é preso, não é morto, ele vai virar o chefe do tráfico e tudo. Agora, o policial, não. Então, nós queremos uma Polícia envelhecida, para enfrentar a criminalidade? Qual é o reflexo disso sobre os índices de violência do nosso país? Esse estudo aponta para os seguintes dados: mais de 50% do efetivo apresenta doenças ósseo-musculares decorrentes principalmente do impacto dos equipamentos que ele carrega ao longo de sua atividade. Na PRF mesmo, quando a gente está ali em atividade, você bota colete, você bota arma, você bota ali um dispositivo de condução de energia (que o pessoal às vezes conhece popularmente como "taser"), lanterna, algema. Todos aqueles equipamentos ali trazem uma sobrecarga para o sistema ósseo-muscular do policial de mais de 20 quilos. E aquilo, ao longo de 20 anos, 30 anos de trabalho, vai trazer uma série de consequências, doenças digestivas acomete 1/3 do efetivo e, todos os anos, 13% do efetivo é afastado para tratamento de doenças diretamente relacionadas à atividade policial. Esse estudo também demonstrou uma idade média de morte dos servidores da Segurança Pública de 56 anos de idade.

Desgaste mental. O impacto da atividade de Segurança Pública na saúde mental desses profissionais também é de grande relevância. Esse estudo demonstrou que 94% dos policiais apresentam nível alto ou médio de estresse ocupacional. Isso vai resultar em diversas doenças mentais.

Então, nós temos muitos policiais que sofrem de depressão, que possuem algum tipo de distúrbio mental decorrente do impacto daquela atividade, ao longo de anos, na sua saúde emocional. Isso resulta no índice de suicídios que supera em três vezes a média da população brasileira. Então, infelizmente hoje, além de nós, profissionais de Segurança, sermos vítima da violência, também temos sido vítimas em relação à doença mental. Então, vários colegas têm perdido a vida, por conta do impacto da atividade policial na saúde mental, e muitas vezes os órgãos não estão preparados para dar um atendimento a esse profissional. Muitas vezes, na PRF, já aconteceram situações de estar o colega trabalhando numa equipe, se envolver num acidente e em uma troca de tiro o policial morrer, vai lá a perícia, faz ali a perícia no local, recolhe o corpo do policial e o colega que estava trabalhando com ele, que trabalha, às vezes, a 5, 10 anos juntos, a Corregedoria vai lá faz um levantamento dá um tapinha nas costas só, bom final de plantão para você aí. E ele termina o plantão ali, após passar um evento traumático desse, infelizmente, é a maior parte dos órgãos hoje de Segurança Pública, não estão preparados para fazer esse atendimento psicossocial do profissional de Segurança Pública que está sujeito ali a uma série de situações traumáticas.

Então, além, desses desgastes físicos e mentais nós temos uma série de restrições de direitos comuns a esses profissionais. Então, da mesma maneira que as Forças Armadas, até interessante que quando o Governo fez o encaminhamento do Projeto de Lei que regulamentava as alterações no Regime de Proteção Social das Forças Armadas eles apresentaram essa tela aqui, essa tela aqui, foi desenvolvida pelo Ministério da Economia junto com o Ministério da Defesa, quando eles fizeram a apresentação das alterações que eles estavam projetando para Regime de Previdência das Forças Armadas. Então, eles colocaram lá o risco de morte, a

proibição de greve, a ausência de adicional noturno, hora extra, condições de trabalho distintas, como base de justificativa para o Regime de Previdência diferenciado das Forças Armadas, e é curioso por quê? Porque praticamente todas essas peculiaridades da carreira das Forças Armadas e eu falo aqui com orgulho, porque eu já fui militar das Forças Armadas, eu com 17 anos tive a oportunidade de cursar a Escola Preparatória de Cadete do Exército, fui para a Academia Militar das Agulhas Negras, mas, por motivos particulares eu saí, tive que sair da carreira e ingressei na PRF. Mas, são condições justas que se aplicam às Forças Armadas, que se aplicam aos Policiais Militares, aos Bombeiros Militares, mas que também se aplicam aos Servidores da Segurança Pública, nós também estamos sujeito a um regime que não temos direito a adicional noturno, então o Policial Rodoviário Federal, o Policial Civil, o Policial Federal, o Agente Penitenciário, trabalha à noite, plantão de 24 horas que é muito comum, não tem direito a adicional noturno, não tem periculosidade, insalubridade, apesar de trabalhar em locais insalubres, em locais perigosos. Nós não temos direito à greve, é vedado pelo Supremo Tribunal Federal, nós contribuimos para a Previdência toda vida, mesmo após aposentados; nós trabalhamos sobre regime de dedicação exclusiva, e aí é até interessante porque uma das mesas de negociação onde eu estava presente junto com o representante da Casa Civil quando a gente falou sobre a perda salarial que o Policial teria que cumprir os requisitos previstos lá no Projeto encaminhado pelo Executivo, eu falei: "olha, ele vai ter uma perda salarial tão grande, tão brutal que ele não vai se aposentar". Eles falaram: "não, nós estamos colocando aqui uma idade menor para o Policial, o Policial vai poder se aposentar com 55 anos". Eu falo: "idade mínima não é problema, nunca foi problema dentro da nossa categoria, desde que seja acompanhado de uma regra de transição para os atuais profissionais, da mesma forma como todos os demais trabalhadores estão tendo regra de transição, nós também queremos. Então, idade mínima não é problema.

Agora, não adianta você ter uma idade mínima menor que respeite essas peculiaridades, se o servidor vai ter uma redução brutal da sua remuneração. Porque o que vai acontecer? Ele vai cumprir os requisitos, mas não vai poder se aposentar. Ele vai ter que ser forçado a continuar trabalhando para que não tenha uma perda brutal de 40, 50, 60% de sua renda. E ele falou para mim: "não, mas aí com 55 anos ele está jovem ele pode trabalhar em outro lugar e complementar a renda.

E aí o que acontece? Policial ele trabalha ao longo de 30 anos, 35 anos sob o Regime de Dedicação Exclusiva, ele não pode fazer nada, ele não pode ter uma empresa, ele não pode ter um comércio, ele não pode advogar, ele não pode exercer uma atividade de saúde, ele não pode dar aula. Então, ele vai fazer o quê? Esse profissional que trabalha 30, 40 anos, chegou lá com 55 anos, a Polícia dá um, desculpe a expressão, dá um pé nele, ele perde ali 60% de sua remuneração, ele vai fazer o quê se ele ficou 30, 40 anos sob o Regime de Dedicação Exclusiva. Então, justamente por conta de todas essas peculiaridades que nós buscamos a simetria de tratamento entre as Forças de Segurança. Essa simetria ela existe hoje, então, se nós pegarmos, por exemplo, no âmbito da União o Regime de Previdência da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e compararmos com o Regime de Previdência,...

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Três minutos para conclusão da fala.

O SR. MARCELO AZEVEDO - Estou encerrando. Se nós compararmos o Regime de Previdência no âmbito da União das Forças de Segurança Civil: PF, PRF, os Agentes Penitenciários Federais, compararmos com o Regime de Proteção Social das Forças Armadas, nós vamos observar que são extremamente similares, não são iguais na sua totalidade, mas são similares, o tempo de contribuição é o mesmo; a questão da idade mínima é tratada de forma igual; a forma de cálculo e reajuste do benefício também são iguais, e a proposta como encaminhada pelo Governo ela quebra essa simetria entre os regimes, na verdade, do modelo como está proposto você vai ter, você está jogando as Forças de Segurança Civil para as regras gerais, os demais trabalhadores e você mantém a proteção social somente dos militares, sem considerar essas especificidades da carreira. Então, longe aqui de querer criticar o Projeto dos Militares porque é um Projeto que respeita essas peculiaridades que a gente falou aqui, todo mundo tem um Regime de Previdência diferenciado para as Forças de Segurança Pública e Forças Armadas isso não é inovação do Brasil, mas, o que a gente defende é que essa simetria aqui hoje existe que ela seja mantida.

E aí para encerrar aqui, eu estou em Brasília participando ativamente dessas discussões, seja ali dentro da Câmara, seja junto ao Governo. E, eu queria só fazer aqui um agradecimento especial, porque os três Deputados Federais que estão presentes aqui, eu sou testemunha do empenho deles na defesa da Previdência, não apenas dos profissionais de Segurança Pública, mas de todos os trabalhadores do país. O Deputado Léo Moraes, do PODEMOS que, inclusive, é um membro titular da Comissão Especial que vai analisar o texto apresentado pelo relator, ele fez questão de apresentar um destaque do partido para a Segurança Pública. E, desde já Deputado, eu quero agradecer aqui publicamente.

O Deputado Expedito, membro da Comissão de Constituição e Justiça apresentou em voto separado, em defesa das forças de Segurança Pública, inclusive, foi até substituído lá pelo partido por conta desse voto. Então, ele manteve até o fim e foi até, de certa forma, punido por conta disso. Quero agradecer também. E o deputado Mauro, PSB, também já fechou questão conosco. Todo o PSB está com a gente na Segurança Pública. Então, eu gostaria de fazer um agradecimento público aos três Parlamentares aqui presentes pelo empenho na defesa da Segurança Pública na Reforma da Previdência. Nós queremos contribuir. Nós não somos aqui contra a Reforma, mas a gente quer que a gente seja ouvido e que essas peculiaridades sejam respeitadas no projeto em tramitação na Casa.

E, agradecer o Deputado Anderson pela oportunidade.

Eu estive na Audiência no Senado, ele foi lá, fez uma bela fala também em defesa dos profissionais da Segurança Pública.

Agradecer pelo convite também. Para mim é uma honra estar aqui. E estou à disposição ao final para perguntas, para esclarecer e tirar dúvidas dos colegas.

Obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado Dr. Marcelo.

Eu gostaria de agradecer também a presença do senhor Ronaldo Rocha, que é Vice-Presidente da Federação dos Servidores Nacionais do Sistema Prisional – FENASPEN, que tem um trabalho muito forte dentro do Congresso Nacional em relação aos temas do Sistema Prisional que são discutidos no Congresso. A senhora Daihane Gomes, que é Presidente do SINGEPERON, representando a categoria dos Agentes Penitenciários do Estado de Rondônia e socioeducadores.

Agradecer também aos membros do Departamento Federal – DEPEN, que se encontram aqui, os Agentes Penitenciários Federais, servidores de todo o Sistema Penitenciário Federal e Estadual também, que se encontram alguns por aqui. Agradecer a presença dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, da PRF, que se encontram aqui, Polícia Federal também, que muitos se encontram aqui.

E, nós vamos abrir a fala aqui para a Mesa para a senhora Dra. Adriana Oliveira, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB. Ela pode fazer o uso aqui na Mesa ou na Tribuna, fique à vontade.

A SRA. ADRIANA OLIVEIRA – Muito bom dia a todos. É um privilégio a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Rondônia, estar presente nesta Audiência Pública, justamente, em razão dessa discussão que impacta a toda a sociedade brasileira. E enfrentar o fato de o tema da Previdência reestruturar o Sistema Previdenciário Brasileiro não é uma matéria muito simpática para muitos. E quando sinaliza essa eminente modificação na Constituição, que constam, realmente, regras importantes previdenciárias, o assunto deve e exige sim, atenção permanente de todos nós.

A Ordem dos Advogados do Brasil, ao exercer o seu papel fundamental em estar zelando àqueles que estão nessa camada economicamente mais vulnerável da sociedade e em categorias também que tem as suas peculiaridades, ela não se opõe a alterações legislativas. Desde que a dignidade da pessoa humana seja o limite e a tarefa dos Poderes estatais da sociedade, observados sim os regramentos constitucionais, legais e regimentais vigentes. É necessário também um atendimento de forma justa, democrática a você, a cada um de nós cidadãos brasileiros. E a Seguridade Social vem sim, para ser um mecanismo de concretização deste Princípio constitucional que é a dignidade da pessoa humana. E a participação consciente dessa categoria dos profissionais que atuam na Segurança Pública impacta sim, impactará gerações, sobretudo, as garantias fundamentais, as garantias sociais que a própria Seguridade Social mantém e que devem ser observadas mais uma vez pelo nosso Legislativo.

É um assunto complexo quando se trata dessa reforma previdenciária. E requer sim, mudanças necessárias cuja definição depende sim, de articulações entre os Poderes Executivo e Legislativo. E um dos resultados que vimos aí que saiu do texto da PEC, do texto do relator, é alusiva a aposentadoria rural, o Benefício da Prestação Continuada a desconstitucionalização e também a capitalização. Cada momento está assim, amadurecendo a discussão, está se achando os denominadores comuns, pontos em controversos para essa questão central da Reforma e com reboque sim de dados centrais nós temos que buscar condições sempre mais

favoráveis para a aposentadoria. E a Previdência Social está buscando sim acompanhar essa evolução social, até porque estamos vivendo mais, mais e toda e qualquer alteração requer essa discussão ampla e a OAB está aqui para isso. A questão previdenciária, ela requer sim um ajuste periódico e o certo é que como Instituição estamos em busca da Previdência justa, o que se exige números seguros e compreensão clara da pós-Reforma. Quando o diretor da própria Secretaria Especial da Previdência do Trabalho do Governo Federal, Felipe Mémolo, apresentou numa Audiência Pública na própria OAB, no Conselho Federal, a nova Previdência, visuais de dados orçamentários, comprimido e destacando o déficit, existe um suposto aí no valor de 292 bilhões no fim de 2019. Mas, nós temos que observar que o rombo das contas públicas não está na Previdência e sim na dívida pública. Nós estamos diante de um cenário de escassez, onde o povo brasileiro foi colocado, assolado ou então, vamos dizer assim, condicionado.

Observamos também o modelo econômico concentrador de riqueza, de renda, modelo tributário regressivo, modelo extrativista, será que “irresponsável” também? Bom, diante da explanação do Dr. Marcelo Azevedo, a gente vê que a proposta do Governo Federal tem as suas adequações e aqui nos traz a não inserção dos policiais civis dentro do bojo que requer atenção adequada a esses profissionais também. Bom, tratou aqui, agora a pouco sobre essa questão do sistema da proteção social das Forças Armadas e nós temos acompanhado sim a atuação de vocês, que no dia 25, último, estavam aí, reuniram-se, participaram de um protesto contra a Reforma porque vocês pensam e acreditam nessa aposentadoria policial sim; o próximo agora vai ser dia 02 de julho, não é isso? No Distrito Federal, em Brasília; a Comissão Especial para tanto. Mas, o que está emperrando efetivamente nessa tramitação? Pelo que nós vemos nos noticiários, por aqui a gente acompanha através disso, é a reinclusão ou não dos Estados ou dos Municípios, o que eles querem é que em razão do déficit muito alto que os Estados têm, como se dará essa pós-Reforma? Eles querem que seja incluída as suas pautas para fontes novas, associadas aí a PEC 51 que estabelece um novo teto aí para o PFE...

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Um minuto para concluir.

A SRA. ADRIANA OLIVEIRA MAIA – E eles querem na verdade uma atenção especial, como estão dando para a Previdência, eles estão negociando com o Presidente da Câmara dos Deputados, no sentido de que a pauta de votação seja em conjunto com a pauta da Reforma. Bom, o nó da questão pelo que nós vimos, está na bancada da bala, em que eles estão aí, o grupo está ligado a Segurança Pública, a fim de que essa categoria tenha mais vantagens sim. Mas, o que eu quero chamar atenção de vocês, como os Estados, os líderes, os governadores do Nordeste, estão aí solicitando uma atenção especial para que a pós-Reforma seja realmente consolidada, seja sustentável para advir com as despesas para aposentadoria e pensionistas; porque não também o momento agora de solicitar, requerer a inclusão na pauta conjunta da unificação dos policiais, os riscos, aos militares até então pelo que nós vislumbramos. Porque até então foram já apresentados 15 projetos, desde a promulgação da Constituição Federal de 88

e eu acredito que é uma oportunidade sim ainda de aproveitar esse tempo que terão para conversa, para diálogo e aí incluir e então lograrem mais o êxito, o reconhecimento do profissional de Segurança Pública, como um todo. Então, de tudo que nós expomos aqui, a OAB, Seção Rondônia, ela é a favor sim do debate mais qualificado, amplo, democrático como aqui está sendo realizado para que se discuta esse modelo proposto, alusivo a categoria de vocês. E também nós temos que atentar esse efetivo equilíbrio financeiro atuarial, a cobrança dos devedores da Previdência, nós temos que estar atentos a isso, agilidade na recuperação dos créditos, a desvinculação das receitas da União, isso é muito importante, a desvinculação também das fontes de financiamento, medidas de gestão previdenciária, deslumbrando sempre uma legislação equilibrada para que nós que compomos essa sociedade livre, possamos estar. Não precisamos estar assolados pelas amarguras do desemprego, também da fome e quicá da pobreza.

Agradeço mais uma vez, na pessoa do Deputado Anderson, essa oportunidade da OAB aqui com vocês, e também agradeço a atuação dos Deputados Federais, Léo Moraes, Dr. Mauro Nazif, também ao Expedito Netto, por esse empenho a esta categoria. Bom dia. Obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigada Doutora pela fala, também vamos ouvir o Secretário Adjunto de Segurança, Dr. Hélio, com a fala por três minutos, que também é delegado de carreira, Delegado da Polícia Civil do Estado.

O SR. HÉLIO GOMES FERREIRA – Bom dia a todos! Deputado Anderson Muito obrigado meu amigo, eu falo meu amigo, porque nós somos amigos não é de hoje. Somos amigos, nos conhecemos no trabalho, quando ele era Presidente do Sindicato, ele chegou nervoso para falar comigo, e eu falei assim: “calma meu amigo, tome um cafezinho, uma água aqui para nós conversamos melhor”. E aí, nós ficamos amigos foi depois da água e do café.

Quero agradecer Deputado Léo Moraes, homem que eu admiro grandemente, ele tem feito um trabalho maravilhoso, Deputado Expedito, muito obrigado, Deputado Mauro, por tudo que vocês têm feito por nós, polícia, policiais na Câmara Federal, e os Deputados aqui também da Bancada Estadual, têm sido parceiros da segurança pública. Cumprimento os demais membros da Mesa, o Doutor que fez a nossa palestra, Dr. Juliano Musse, é isso? Desculpa; Marcelo, Dr. Marcelo, que falou essas palavras aqui que muito nos incentivaram, eu anotei bastante coisa; e Dr. Alencar, grande amigo também. Cumprimento os nossos queridos policiais, agentes penitenciários que estão aqui na bancada. E nós precisamos nos unir mesmo, e que essa união seja forte e que nós mostremos nossa força. Porque eu estava conversando agora com o Deputado Expedito, entrei com dezoito anos na polícia, eu tenho 44 anos de idade, vinte e cinco anos de polícia, então, eu tenho mais tempo de polícia do que, só sei fazer polícia, só o que eu sei fazer. E eu sou muito nervoso assim, um sujeito muito bravo, só em casa que a minha mulher manda. Eu fico pensando, faltam cinco anos para eu me aposentar, para completar os meus trinta anos de polícia, e agora vir essa mudança que tanto nos prejudica. E o que mais me entristece, é a falta de simetria, o que o Deputado Expedito falou muito bem aqui, não sei quantos de vocês têm visto

militares do exército e das demais forças morrerem em serviço, não sei se vocês têm visto, mas, essa incidência. Minha amiga Dane, ali prazer te ver. Mas, quantos policiais nós vemos aqui, morrem em serviço. Eu me lembro aqui do meu amigo Pedro Marcelo, policial abnegado, pessoa da mais abnegação impressionante que eu já vi. A vizinha: “olha estão me assaltando”. Ele foi correr atrás do assaltante, o assaltante o matou com um tiro, e essa história é corriqueira e muitas outras. César Pizzano, por ser delegado também, tentar evitar um crime, foi assassinado, delegado também, meu amigo.

Então, nós precisamos ter um tratamento pelo menos similar, e eu agradeço Deputado Anderson, pela Assembleia Legislativa, ter essa preocupação, Deputados Federais que estão aqui, mais uma vez a nossa gratidão eterna, pelo trabalho de vocês. E tenho fé em Deus, que nós vamos conseguir, mas, vamos continuar firmes e fortes aqui nesta luta. Obrigado minha gente.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigada Dr. Hélio, pela fala. Nós estamos com quatro sindicalistas inscritos, nós vamos ouvir dois, e ouvir o próximo palestrante, porque os Membros da Bancada, também querem ouvi-lo, até porque ele é Membro do DIEESE. Então, ele vai dá um aspecto bem bacana na discussão e o conhecimento que muitos acham que não tem nem a noção do que pode ocorrer, então, ele vai trazer essa discussão importante. Então, nós vamos ouvir agora por três minutos o Josias Batista, Presidente do Sindicato dos Peritos Criminais – SINPEC - e nosso amigo de longas datas, satisfação.

O SR. JOSIAS BATISTA SILVA – Bom dia a todos! Cumprimentar aqui os componentes da Mesa Deputado Anderson, Deputado Léo Moraes, Deputado Mauro Nazif, Deputado Expedito Netto, Dr. Hélio, colegas do IPERON, Dr. Alencar, colegas da OAB, Dr. Marcelo, palestrante.

Cumprimentar aqui os sindicalistas, o Bosco que está aqui presente, Daihane, do SINGEPERON; os demais próximos que são SINSEPOL, Raidson, Adão, os Policiais Rodoviários Federais, os colegas Bombeiros Militares, os colegas Agentes Penitenciários, Socioeducadores, e também os colegas da Assembleia que se fazem aqui presentes.

Atento a palestra do Dr. Marcelo, enfatizou todos os dados que nós já conhecemos em relação à vida do Policial no geral. E para retocar aqui a força da UPB em nível nacional, Bosco, parabéns. E dizer que é risco de vida, a insalubridade, os locais, isso aí é o nosso dia a dia. Para vocês terem uma ideia que os Peritos Criminais do Estado de Rondônia estamos ativamente desde 1998, onde 15 são da gestão, os demais estão na linha de frente na gestão e tocando os locais de crime em todo o Estado, onde uns 10 estão por afastamento, Alzheimer, taquicardia, problema de hérnia. Sem falar que nós temos três institutos aqui em Porto Velho onde dois, são os mais antigos, já tem nome Dr. Antônio Sampaio que é do nosso Instituto Laboratorial Criminal, e o Instituto de Criminalística chama-se Gutenberg Granja. Chama-se sabe senhores, porque assim que se aposentaram foram a óbito em razão do nosso local de trabalho que é das noites levantando, saindo de madrugada, tocando os cadáveres, medindo. E os colegas aqui que eu olho para cada um, a gente

sabe, já tivemos muitos locais aqui, os colegas da Polícia Rodoviária, os colegas aqui Agentes Penitenciários. Porque a nossa função parece que a reforma traz a desigualdade para os que são iguais. Que trazer um militar que também tem as mesmas funções nossas, e dar a ele a regalia e esquecer dos Policiais no âmbito em geral é jogar a história da Segurança Pública do nosso país, simplesmente no bolso, e tratarmos como meros números. Uma reforma que se não fosse o Poder Legislativo, e aqui parabenizar o empenho dos deputados, ela estaria vindo de goela abaixo. Porque o que fizeram com os pobres dos Professores, com o BPC sem falar também na questão da capitalização, iria colocar o pobre de 13 milhões de desempregados, 33 milhões na economia informal e dizer para ele: pega, faça a sua aposentadoria quando você ficar velho, se ficar. Na terça-feira passada naquela manifestação até penso que foi infeliz quando falei aos colegas: se é para aposentar com 55 anos e morrer aos 56, 57, como comprovado pelo Dr. Marcelo aqui nos estudos, vamos lutar agora. Vamos lutar e vamos à frente, porque corremos até o risco de morrer. Mas trabalhar para o Estado fazendo segurança pública para sair doente é triste, senhores, ver os colegas Peritos Criminais na hora de aposentar ele não pode tomar um café, ele não pode mais caminhar, normalmente, com taquicardia. Eu tenho um colega em Vilhena, hoje, que está afastado por Alzheimer, um químico. Porque nosso trabalho vocês sabem que não é só no horário de expediente, nosso trabalho no geral dos policiais que fazem Segurança Pública, é durante o expediente fora dele com dever. Isto está no risco de vida, no local insalubre, na penosidade dos penitenciários e dos demais colegas também na área de fronteira. Então já foi aqui repassada. Ainda bem que esse Estado ele respeita os Poderes, porque se não fosse o legislativo e nossas entidades organizadas reclamarem nós estaríamos realmente, nós Policiais Civis, como os meros bonecos. E soldados do poder econômico quando se traz lá de um ministro que é formado em Chicago, tem o conhecimento capitalista e quer fazer da Reforma da Previdência demonizando o Servidor Público, execrando os colegas da Segurança Pública como se fossem velhos números econômicos.

Então Deputado Anderson, eu quero dizer o seguinte: os Peritos Criminais, os colegas da Segurança Pública, querem uma reforma que ao final se discuta à integralidade e paridade.

Uma transição adequada para aquele que nós sempre fizemos no nosso trabalho e buscamos que é a justiça. Seja justa essa reforma com os profissionais de segurança pública.

E agradecer pelo empenho, o Deputado Anderson sindicalista atuante e outros deputados, parabéns pela iniciativa de chamar a audiência; aos deputados que se empenham bastante; os colegas da OAB; os colegas que estão aqui do IPERON para também tratar em relação aos dados técnicos, excelente trabalho feito pelo Dr. Marcelo. E, só agradecer. E que nós vamos sempre, sempre de forma sensata e coerente estar à frente lutando e mostrando a realidade do que é fazer Segurança Pública, respeitar o direito de cada profissional.

Obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado Josias pela fala.

Com a fala agra o senhor Bosco da Federal, Diretor Jurídico SINPEF, da Polícia Federal.

A nossa colocação aqui que é quem a gente quer deixar claro em relação à Reforma da Previdência, depois que o Bosco falar, é porque é uma questão até, vamos assim dizer, que lógica. Eu vou dar um exemplo da minha carreira e da carreira de alguns que estão aqui estaduais e federais, Agentes Penitenciários. Como é que um Agente Penitenciário vai passar 30 anos dentro de uma carceragem? Quem conhece a profissão sabe. Quem passa 24 horas dentro de uma unidade prisional sabe disso, quais as síndromes que esse servidor adquire ao longo do tempo. As doenças que lá dentro a gente está com pessoas confinadas, que são transmissoras de vírus. Então são vários aspectos que tem que ser colocado antes de se pensar em Reforma para determinadas categorias que tem que ser olhada, porque eu vejo essa Reforma uma Reforma desumana, na verdade. Pensa-se somente em economia e tampar um furo que não é nosso. E para que uma Reforma que nós não vamos usufruir? Porque nós não vamos, se aprovar do jeito foi desde o começo, ninguém vai usufruir dos que está aqui presente e principalmente os novos, os nossos filhos, os nossos netos não vão usufruir, nós vamos pagar por algo que não vamos usar.

Então, porque então, uma sugestão para Bancada, uma ideia: por que então não deixa opcional? Eu pago a Reforma se eu quiser, então vou lá, eu faço uma Previdência privada e eu mesmo vou pagar, não preciso pagar para o Governo. Então isso seria uma opção, não nos obrigar a pagar algo que nós não vamos usar; isso que é o maior absurdo que eu vejo da Reforma. É impossível. Será que os profissionais, os técnicos que fizeram um estudo e colocaram os agentes penitenciários como a segunda profissão mais perigosa do mundo, só perdeu para os mergulhadores em águas profundas que trabalha lá furando o petróleo lá, só perdeu para eles. Será que eles estão errados? Será que eles estão equivocados. Então são umas perguntas e umas dúvidas que colocam a gente em cheque. E, às vezes, o que eu ouço o Governo falar, o Governo Federal, é que quem é contra a Reforma é ligada à Esquerda, querendo dividir em ideologia algo que é lógico e não tem nada com ideologia. Eu, como eu disse: a Reforma é necessária, mas alguns aspectos têm que ser colocado, essa é a questão. Com a palavra, o Bosco da Federal, por 3 minutos.

O SR. BOSCO DA FEDERAL - Bom dia a todos senhoras e senhores. Quero cumprimentar o Deputado Anderson, proponente juntamente com o Deputado Jhony Paixão, e não deixar de também trazer aqui nossos agradecimentos ao Presidente desta Casa, o Deputado Laerte Gomes, quando da nossa vinda dos representantes das entidades de classe para buscar essa Audiência Pública, ele de pronto atendeu e à Comissão de Segurança formada pelo Deputado Anderson e o Deputado Johnny Paixão deu toda a estrutura e apoio, inclusive nos apoiando a trazer dois nomes que hoje no cenário Nacional faz parte e acompanha a PEC 06 da Previdência, que é o nosso amigo Marcelo Azevedo da PRF e o nosso Doutor Juliano Musse.

Então, Deputados, eu quero também agradecer, que eu acho que não menos importante a todos, mas com certeza são os mais importantes para nós nesta Audiência, que o objetivo era trazer a Bancada Federal para esta Audiência, nós temos aqui o nosso Deputado Expedito Netto, diante do momento em que estivemos em Brasília em reunião e ele propôs uma Emenda enquanto estava lá na CCJ como foi dito aqui, que foi punido,

mas não deixou de apoiar toda a estrutura de Segurança de Pública não só de Rondônia, mas do Brasil. E quero agradecer aqui em nome nosso e das nossas entidades de classe, Deputado Netto, a sua propositura, o seu apoio. O deputado Léo Moraes, que assumindo a CCJ já se posicionou em defesa da Segurança Pública, de emendas para que apoiasse. Eu até mandei uma brincadeira para o Deputado Léo, assim, mas não foi brincadeira, foi que mandei no Facebook dele, que eu tenho, aliás, no WhatsApp: Léo, não esqueça que o nosso velho amigo Paulo Moraes era um defensor da categoria e se ele estivesse não ia deixar você fazer, não ia ser diferente hoje. Acredito que ele ia sempre apoiar a categoria de Segurança Pública. E o nosso Deputado Mauro Nazif que além do apoio claro e transparente em defesa do servidor público e de toda a sociedade é uma pessoa humana e que também abraçou essa causa. Então, esses três deputados hoje presentes, nós queremos aqui agradecer, e tenham a certeza que não só nós de Rondônia, o Brasil todo está acompanhando o empenho dos senhores no Congresso Nacional.

Dizendo isso, eu quero fazer uma pequena síntese com relação à Previdência, que eu acredito que é o que mais o Doutor Juliano Vai focar. Nós temos uma situação de caos no Brasil com relação à Previdência. Nós sabemos que o que mais atingiu a Previdência Social foram os fundos de aplicações, Banco do Brasil; Correios; Caixa Econômica e Petrobras limpam. Então hoje os funcionários dos Correios pagam o complemento das suas aposentadorias. As prefeituras, as 5.500 prefeituras no Brasil todas devem a Previdência, os Estados, aqueles que não negociaram devem a Previdência, a maioria dos empresários hoje no Brasil que já faliram devem a Previdência. Então o apurado foram mais oito trilhões de reais.

Ah, que tem que se fazer a Reforma? Tem que fazer.

Mas deram para os militares tudo aquilo que eles precisavam como atividade de risco e quem é que tem mais atividade de risco? Com todo respeito às Forças Armadas, são as forças armadas no Brasil ou os operadores de Segurança Pública? Nós sabemos que, Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Civil; Polícia Militar; Agentes Penitenciários Socioeducadores Federal e Estadual são o que mais correm riscos de vida hoje no Brasil. E nós não podemos ficar a margem sem ter os pontos principais, uma regra de transição, pessoas que faltam seis meses para aposentar, correndo o risco de passar mais 10 anos para se aposentarem. Como foi dito aqui, o Dr. Hélio, cinco anos para aposentar pode ficar mais 20 anos.

O policial que morre em serviço, se a pensionista, a esposa não tiver 40 anos, não vai receber aposentadoria; ou se receber, vai receber 40%. Quem está trabalhando não pode se aposentar com integralidade quando morre em serviço, por que tem a morte em serviço e a morte em decorrência do serviço. Um policial hoje, pelo menos na Polícia Federal, que entra com uma média de 30 anos, tem que contribuir 35, não vai aposentar com menos de 65 anos. Então, um policial trabalhando acima de 60 anos com combate a violência, com a criminalidade que nós temos, é impossível e nós temos que agradecer ao Congresso Nacional, os Legislativos estaduais por estar nos dando essa oportunidade do debate e trazendo, por que se dependesse da proposta do Executivo, nós estaríamos no ralo. E nós temos certeza, que os nossos Deputados, nós vamos ter voz lá no Parlamento e nós estamos acompanhando.

Eu acredito que o Presidente daquela Casa, Rodrigo Maia, não vai deixar passar batido juntamente com todas as bancadas da segurança pública. Esperamos que vocês nos representem naquela Casa, porque hoje nós temos gente morrendo, nós não temos Plano de Saúde, nós não temos FGTS, nós não temos hora extra, nós não temos adicional noturno, nós não temos hora, o crime não tem hora, é de madrugada, é de dia, dia de domingo, é toda hora. E aí, Deputado, nós precisamos hoje ter uma oportunidade de pelo menos naquelas regras básicas que temos na Constituição de 88, porque a desconstitucionalização da PEC da Previdência, a PEC 06, é a PEC do mal; ela vem acabar, porque vem para a lei e daqui a 20 anos, 30 anos, nós não sabemos quem vai estar no poder e o futuro dos nossos filhos, da nova geração, nós não vamos ter mais Previdência, vai acontecer o que está acontecendo no Chile. A maioria dos Países, 80% que privatizaram e capitalizaram hoje estão voltando para o público.

Então, quero encerrar minhas palavras, fazendo um agradecimento especial ao SINDPRF, na pessoa do Edson; o SINGEPERON na pessoa da Daihane; o SINSEPOL, na pessoa do Rodrigo, Adão, o pessoal que está presente aqui; a Polícia Militar da ASPRA, o Ramalho ficou de vir, o pessoal não sei se está; o bombeiro militar, não sei se eu deixei mais alguém, mas, todas essas polícias que juntamente com o Sindicato da Polícia Federal, aqui o nosso Presidente Jorge Antônio; o Vice-Presidente Brasil, Valmir Flor, todos aqui da Diretoria e agradecer especialmente a esta Casa, Deputado Anderson, muito obrigado e aos servidores e a imprensa.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado Bosco. Registrar a presença também da Deputada Cassia Muleta, agradeço a presença, lá da região de Jarú. Também agradecer a presença da Delegada aposentada Madalena Dias, da Polícia Civil.

Vamos ouvir o segundo palestrante, o Dr. Juliano Musse, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, está com a palavra por trinta minutos.

O SR. JULIANO MUSSE – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar aqui o Deputado Anderson, o Deputado Léo Moraes, fazer uma saudação especial a todos aqui da Segurança Pública. O que eu tenho para dizer aqui, o Marcelo já colocou alguns pontos específicos ligados a questão da segurança, eu também vou falar da questão da segurança pública, mas, vou me ater também à Reforma de uma maneira geral, o substitutivo que a pouco foi colocado em discussão, será apreciado pelo Parlamento e vamos ver os desdobramentos disso. Eu tenho muita coisa a dizer aqui, então, de repente, eu vou atropelar alguns pontos aqui, por que passa muito rápido. Eu queria dizer que eu tenho três documentos aqui, eu queria que cada um dos senhores e senhoras aqui presentes tivesse acesso a esses documentos.

A gente faz uma minúcia daquilo que está sendo proposto, do que tem vigente, do que está sendo proposto pela PEC e do substitutivo. Então seria muito importante cada um dos senhores terem isso aqui.

Então, eu vou falar de uma maneira geral, vou falar, repito, vou falar da questão da segurança, mas, eu vou falar

também da questão geral da PEC 06. Bom, vou entrar um pouco na questão da cronologia do desmonte do estado social, na minha visão, isso está sendo proposto a todos nós, trabalhadores, é um desmonte, é mais um dos desmontes, tá? Princípios da PEC. Aí, o texto original. Alguns contrapontos, como a questão da desconstitucionalização, a questão demográfica, problemas macroeconômicos e sociais. Isso é importantíssimo. A PEC 06, substitutivo e, por fim, a capitalização.

Bom, aquele negocinho ali em cima fica mesmo? Não tem jeito de tirar aquilo lá não? Aquela... Não, né. Deixa lá, vai.

Bom, a cronologia do desmonte do Estado. O que nós tivemos de 2016 para cá? A PEC do Teto dos Gastos, os senhores sabem o que é isso. No regime de política com limite de gasto público. É um teto de gastos. Como se a população também não demandasse mais serviços públicos. Então, você limita e a população não cresce, não é isso? Então, você limita. É uma aberração isso, tá?

Terceirização, quer dizer, você retira restrições do trabalho temporário, terceirização, precarização, informalidade.

A reforma trabalhista. Se vocês pegarem, se as senhoras e os senhores pegarem dados recentes do que está sendo gerado de postos formais de trabalho, trabalho intermitente e trabalho precário e trabalho subutilizado. É isso que está sendo gerado.

Não é com melhores e maiores salários. Não é.

E, por fim, a Reforma da Previdência. Endurece regras de acesso, remuneração da previdência pública, acaba com as fontes exclusivas de financiamento. E aí eu falo da seguridade social. A seguridade social tem fontes exclusivas que deveriam ser respeitadas. Tentativa de implantação de uma capitalização, que já foi derrubada, mas pode ser que volte, não é. Isso tudo em cima de quê? De uma sustentabilidade do sistema, de uma economia de 1 trilhão em 10 anos. Essa é a meta do Governo.

Vamos ter que economizar 1 trilhão em 10 anos e eu vou falar muito disso. Esses são os princípios da reforma no texto original, sistema justo e igualitário. Rico se aposentava na mesma idade do pobre. Isso é um erro. Isso já começa... O que é o rico? Quem ganha R\$ 3.000, R\$ 4.000? O sistema não é justo. Não é justo, até por uma questão de nós termos hoje uma desigualdade tremenda neste país, não é? Você rico aqui não paga imposto. Acho que a primeira reforma, e aí eu sou a favor disso, a primeira reforma que deveria ter neste país é uma reforma tributária. Tributando mais renda e patrimônio e menos bens e serviços. Isso é fato.

Quem ganha menos pagará menos. Não. Eu não concordo com nenhuma dessas aqui, vai... Garantir a sustentabilidade do sistema. Vamos lá...

Garantir a sustentabilidade do sistema. Economizar 1 trilhão em 10 anos. Ok? Ok. Se você pegar o que foi feito de renúncias nos últimos 10 anos, Deputados aqui presentes, o que foi feito de renúncia nos últimos 10 anos, deu 1 trilhão. Eu estou falando renúncia de seguridade social. Nos últimos 10 anos. 1 trilhão. Quer mais? DRU: Desvinculação de Recursos da União. 120. Isso, quer dizer... Vamos lá... Capitalização. Se isso fosse para frente, eu não sei se não vai, tá? Isso aí pode ser que venha, que isso volte, tá? Tudo isso que está sendo discutido, esse substitutivo, não significa que isso será dessa

forma. Se isso for para frente, senhoras e senhores, se a questão da capitalização for para frente, isso dá mais ou menos o que dá na média dos países... Tem alguns estudos da Unafisco, que fez esse estudo também; e concordo um pouco com o que estou te falando, 4% do PIB ao ano. No Chile, de 81 a 2015, foi 136% do PIB. Sabe o que isso significa, se a gente colocar isso no longo prazo, 30, 35 anos? Isso daria, mais ou menos o equivalente ao PIB de hoje, 9 trilhões. Divide por três, porque são 10 anos. Então vai dar mais ou menos 3 trilhões a cada 10 anos, três vezes mais a economia com a reforma que o Governo pretende fazer. Então, sabe... Isso não é jogado para a sociedade. Eu vou falar aqui com os senhores muitas coisas que não são jogadas, que não são mostradas para a sociedade a respeito dessa PEC, não é? Garantir direitos adquiridos, separação de assistência de previdência, isso aí é rasgar o texto da Constituição, que seguridade é previdência, saúde e assistência, e uma opção pela capitalização.

Bom, isso aqui eu já falei um pouco. Vamos lá. Vamos adiante.

Um problema grave, um dos primeiros problemas.

Desconstitucionalização da Previdência Social. Para quê isso? Isso vai interferir na questão de Estados e Municípios, porque isso vai por lei ordinária, então cada um vai cuidar da sua previdência. E aí, meu amigo, fique à vontade em fazer você, que é um gestor municipal, que é um gestor estadual, faça e cuide da sua previdência social. Vamos lá.

Desconstitucionalização. Quer dizer, você tirar um quorum máximo. Quer dizer, tudo que está relacionado a coisas importantes para a sociedade deve ser remetido a um parlamento de uma maneira ampla.

Se você desconstitucionaliza, você está fazendo com que... facilitando essa mudança e é isso que está em voga, é isso que está a questão, afeta, ofende o princípio da Segurança Jurídica, isso aí tem algum advogado aqui pode falar disso melhor do que eu, há uma desconfiguração constitucional porque isso já é constitucional, não é? O Substitutivo mantém a desconstitucionalização e esse é um grande problema, o Substitutivo mantém.

Porque eu vou falar muita coisa aqui que já foi, que o Substitutivo já amenizou, deu uma boa flexibilizada, diga-se de passagem, mas a questão da desconstitucionalização não.

Então isso é importante no caso dos regimes próprios, além da incerteza soma-se a possibilidade que as Leis Estaduais e Municipais estabeleçam um parâmetro diferenciado entre si, criando disparidades condições para os servidores da mesma carreira, quer dizer, isso vai ser cada município, cada Estado fazendo o seu, aqueles que defendem a Reforma ainda que sobre a desconstitucionalização, àqueles que defendem a Reforma. A questão da flexibilidade, a gente está engessada, não conseguimos mudar o que está ali, mas você vai mudar para quê? Para pior? Essa é uma questão. E um quorum qualificado.

Contrário à Reforma reduz participação democrática, vulnerabilidade dos direitos, Segurança Jurídica, quer dizer, a PEC 06 apresenta de forma convincente estudo atuarial, esse é um exemplo, no estudo atuarial sobre as mudanças nas regras, quer dizer, eu vou falar disso também mais à frente, isso aqui eu estou só pontuando.

A questão demográfica, se aqui estivesse na nossa Mesa o Secretário de Previdência Social, isso aqui é importante para todos nós. Segurança Pública, professores, rurais, todas as categorias, isso aqui é importante.

Questão demográfica, se o Secretário de Previdência estivesse aqui e falasse o motivo dessa Reforma, qual o motivo dessa Reforma? Dois pontos principais; elealaria primeiro: da questão demográfica que nós estamos perdendo bônus demográfico, nossa população está envelhecendo, nós temos hoje poucos jovens e muitos velhos e isso se avançará, quer dizer, essa relação jovem e idoso, de contribuição, vai ser dois para um, ou um para um até, isso no passado era o contrário, vamos pensar numa pirâmide, você tinha muito jovem e pouco velho; futuro, muito velho e pouco jovem, esse é o motivo, não é isso que é alegado? Só senhoras e senhores, vamos tentar mentalizar aqui, o meio dessa pirâmide a população em idade ativa ela vai ser a mesma, olha aquela seta vermelha, ela vai ser mais ou menos a mesma que era no final dos anos 70 e o que será em 2060 e os problemas, eu digo, os problemas da Previdência Social, o problema da Seguridade Social estão nesse contingente nessa população em idade ativa, porque, desemprego, informalidade, baixos salários, isso, esses problemas estão nesse meio da pirâmide e não envelhecer, todo mundo quer envelhecer com saúde, obviamente, eu quero envelhecer, todos queremos, esse não é um problema, o problema da Previdência Social, maior da Previdência Social, não está na questão do envelhecimento está na questão de problemas da população em idade ativa que devem ser resolvidos primeiro, seria uma pré-reforma.

Segunda coisa que o Secretário de Previdência aqui estivesse iria falar: nós temos uma taxa de reposição da renda muito elevada em relação aos outros países. Realmente temos.

O Brasil, esse círculo aqui, o que está em quadriculado aqui, realmente tem lá, são dados recentes, 75% uma taxa de reposição. Você tem muitos países lá em cima, vamos lá, Japão 40, Irlanda 42, Reino Unido 20, quer dizer, claro que tem países também que tem mais, mas vejamos bem, em relação a um conjunto de países o Brasil tem uma taxa de reposição da renda elevada. Ok! Mas, o que o Governo não mostra, o Governo não mostra isso aqui ó. Esse aqui é o ranking da renda per capita Mundial, se você pegar o Brasil, esse aqui é dados de 2004, só podia ter pegado uma coisa mais nova, mas eu não achei, fiz isso muito correndo. Fazendo um exercício muito rápido: R\$ 10 mil reais por ano, isso lá nos dados de 2004; se eu divido isso por 12 dá 850 por mês, uma taxa de reposição daqueles 76% da R\$ 650 reais, lá em 2004; a Noruega, R\$ 156 mil, tem uma renda, tem uma taxa de reposição muito menor, tem uma taxa de reposição muito menor, mas uma coisa senhoras e senhores, é e eu viver com R\$ 650 reais, outra coisa é você viver com R\$ 6.500,00, entendeu? Isso não é mostrado, só é mostrado que, nós temos um problema que tem que ser resolvido ou estamos perdendo bônus demográfico, nossa taxa de reposição é muito elevada em relação aos outros países, mas isso ele não mostra.

Que a taxa de reposição é elevada, mas a renda nossa também é inferior aos outros países e não tem como sobreviver com menos de um salário mínimo, ou um salário mínimo, ou menos de um salário mínimo para aquele que recebia muito mais, você entende? Essa é a questão. Você obviamente, você faria com que esses países também perderiam. Lá na Irlanda a

pessoa com R\$ 11 mil por mês com a taxa de reposição cairia para R\$ 4.700 reais, tudo bem, mas uma coisa é você viver com R\$ 4.700 e outra coisa com R\$ 650. Isso são dados, só um exercíozinho simples, lá com dados de 2004.

Eu falei, a primeira coisa que eu falei: "Presta atenção que esses são problemas que hoje deveriam ser resolvidos primeiro antes de pensar em reforma que atinja a Segurança Pública, que atinja rural, que atinja professor, que atinja BPC." Que é a parcela mais fragilizada da população. Isso aqui tem que ser resolvido primeiro. E o governo, e me desculpem aqui, e o governo isso aqui está sendo um fiasco até o momento.

PIB, começou o ano com um PIB estimado em 3%. O PIB, cortem o meu dedo se eu estiver errado, esse PIB não chega a 0,8 no final do ano. Pode cortar um dedo. Dá um tiro no meu dedo aqui, por favor.

Desemprego, mais de 13 milhões.

Trabalho subutilizado, 28 milhões. Pessoas que têm capacidade de ter um trabalho melhor estão trabalhando em qualquer coisa. Pegando qualquer coisa pra fazer. Pra quê? Para não ficar desempregado.

Informalidade, 37 milhões de pessoas.

Rotatividade, uma das mais elevadas da América Latina.

Saúde do trabalhador, isso é importantíssimo. Isso tem a ver com os senhores também. Elevado número de doenças crônicas acima de 50, 55 anos de idade. Isso é um problema, isso impede um cara de trabalhar, e impede-o de contribuir.

Desvinculações via DRU. De 2010 a 2017 foram desvinculados 560 bilhões de Previdência Social. Uma média de 70 bilhões por ano. Se eu somar a desvinculação da DRU com renúncia que dá 1 trilhão em 10 anos.

Sonegações de dívidas. Dos 490 bilhões, quer dizer, muito disso é massa falida, não vai recuperar isso nunca, mas você tem como recuperar uns 160 bilhões. Isso são problemas que se relacionam com a Previdência Social, com a Seguridade Social e, que devem ser resolvidos primeiro antes de pensar em uma reforma. Essa é a minha opinião.

Por quê? Porque você vai atacar a reforma, mas esses problemas vão continuar. Entendeu? Esse é o cerne da questão. Nós temos que, para uma casa, não adianta você construir uma casa sem formar uma base sólida. Essa casa vai cair.

Uma bela parede, uma bela janela, um belo telhado. Se não tiver uma fundação legal essa Casa vai desmoronar. E isso aqui é a base.

Se eu trabalhar a reforma para o trabalhador, esse aqui já é o substitutivo do que tem na proposta do Bolsonaro. Você tem idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para os homens após o período de transição com tempo mínimo de 20 anos para ambos os sexos. O relatório do substitutivo a idade mínima é mantida e com tempo de contribuição de 20 anos para homens e 15 para as mulheres. Deu uma suavizada, mas ainda temos a questão da idade, do tempo de contribuição.

Eu já estou chegando à questão da Segurança. Eu vou passar rápido isso aqui, que a questão do BPC, isso foi tirado pelo relator, mas é importante dizer isso. O BPC supera o Bolsa Família na retirada de pessoas da pobreza, da extrema pobreza. O BPC tem cerca de 2 milhões, já está com cerca de 2 milhões de idosos e 2,6 milhões de deficientes que recebem menos de um salário mínimo pelo governo e ser reduzido para 400 'pilas' podendo, com 65 anos, se tiver critério, se aposentar

com salário mínimo e só um salário mínimo com 70 anos de idade. É isso que ia sobrar para os mais fragilizados.

A questão do abono é uma questão muito controversa.

O abono foi criado em uma época em que o salário mínimo era muito baixo e tal, isso aí, não vou entrar nessa questão porque tem gente que não concorda, tem gente que concorda.

Eu já disse isso. Abono também. O abono o governo quer, ao invés de ser pago a dois salários mínimos seria a quem tem uma renda até R\$ 1.364. Também para não ficar igual estava deu só uma amenizada.

A questão do rural, idem. Isso aqui é importante, mas eu não vou entrar nisso muito porque, afinal, não é a questão de vocês aqui, mas olha só o tamanho da maldade. Quer dizer, você querer igualar 60 anos com homens e mulheres no rural.

Olha aqui senhores, essa tabela. Começa com 14 anos de idade, homens urbanos, 44%, mulheres 32%. No campo, 78% dos homens e 69% mulheres começam a trabalhar antes dos 14 anos de idade. Como que aumentar o tempo de aposentadoria, a idade mínima de aposentadoria desse contingente, até tempo de contribuição? Como? Tem uma renda domiciliar muito menor que o urbano, a pobreza é muito maior no campo do que na cidade, rendimento do trabalho. Isso no trabalho. Trabalhando, na ativa, dá menos de um salário mínimo, até meio salário mínimo para as mulheres, no urbano é muito maior. Contribui para a Previdência Social também um percentual bem menor.

Aqui eu não vou entrar muito nesse detalhe, mas é aquela questão dos R\$ 600 para o rural. Isso é um absurdo.

Como se o trabalhador rural não tivesse, se no campo não tivesse seca, não tivesse ataques de pragas, não tivesse intempéries, sazonalidade que fizesse com que esse contingente não contribuísse, isso fatalmente ocorreria, iria ocorrer. Não contribuindo não vai aposentar? Não vai aposentar? Miséria no campo.

Aqui a questão dos professores e policiais como é hoje; você tem aí, policiais não tem idade e como a PEC estava estabelecendo, os homens e mulheres se aposentariam com 55 anos; que já é uma questão, você não tem uma idade. Veja bem, isso quando o legislador criou isso, ele criou partindo de um pressuposto que existe um alto risco a vida, isso não foi criado aleatoriamente e uma coisa, senhoras e senhores, que nós estamos discutindo muito, isso foi pedido; qual o critério atuarial para se fazer... Aí vamos dá o exemplo da Segurança Pública. Qual o critério atuarial para dizer que não tínhamos idade mínima e que passa a ter 55. Por que 55? Por que não 54? Por que não é 60? Por que é 50? Não existem critérios atuariais, o governo não abre as contas, não mostra memória de cálculo. Tem um texto aqui que eu vou deixar para os senhores aqui, que eu queria que os senhores lessem, foi feito essa semana, tem uns 03, 04 dias para... Denise Gentil, colega da URFJ, amiga, pessoal da URFJ. Não abrem, porque esses cálculos não foram feitos, não há critérios atuariais convincentes nessa Reforma, não há; eu lhes garanto isso, senão... Porque o Governo, se ele tivesse feito e mostrando isso claramente a população, a nós, a todos nós trabalhadores interessados, estabelecer transparência, não é esse o nome da "transparência", hashtag (#) transparência. E não é transparente, isso não é transparente. Mas, é com 55 anos, com 30 de exercício...

Bom, enfim, vamos lá. Então, a questão aqui é a seguinte: você tem essa mudança entra com 55 anos, passa a ter 30 anos de exercício da profissão e a questão é: qual o critério atuarial para se chegar a esses cálculos? Porque nós estamos falando de um contingente, aí eu coloquei o professor aqui também, mas, o professor tem, o magistério é uma atividade desgastante e o policial? Áreas consideradas insalubres, perigosas, penosas, ou de alto risco, prejudica a saúde do trabalhador; deve obedecer critérios de aposentadoria especial sim, porque está em risco a vida. Esposa, a esposa de um policial não sabe se o policial vai voltar para casa, vai voltar? Espero que sim, muitos não voltam. Então, o que está ligado à vida tem que ser diferenciado, é uma aposentadoria especial sim.

Bom, vamos lá, aqui está detalhando também, quer dizer, a regra mantém o substitutivo do relator. A proposta atinge agente penitenciário, educativo, mas, exclui policiais civis estaduais. A regra mantém a idade mínima de aposentadoria de 55 anos e pelo menos 30 anos de contribuição, e 20 anos na função sem distinção entre policiais e agentes; o que tinha antes não vai ter mais. Aqui, isso é importante, a isonomia da aposentadoria das categorias em relação aos policiais militares e oficiais das Forças Armadas. Veja bem, isso é uma coisa que está sendo muito discutido. Por que não uma isonomia? Por que essa diferenciação? Tem um estudo, isso é importante, tem um estudo dizendo que o impacto disso, e, eu pergunto aos senhores, pergunto aos Deputados aqui presentes.

Deputado Anderson, dois bilhões em 10 anos é muito, isso é economia que se quer fazer com questão dos policiais, com a questão da segurança pública. Isso não é nada, isso não é nada perto de um orçamento monstruoso; o que é muito, são as denúncias, um trilhão em 10 anos, é a DRU, é a dívida previdenciária que não é cobrada nunca, é o REFIS, o REFIS é muito, isso aqui não. Dois bilhões em 10 anos. Bom, o Governo, o Rodrigo Maia, desculpe. O Governo não. O Rodrigo Maia está tentando, vai ver se as contas batem realmente com esse estudo que foi feito de dois bilhões em 10 anos, para tentar efetivar a Emenda 41 do Deputado Luís Miranda. Eu acho que vocês estão acompanhando isso para suprir lá, tem ali, mas o negócio ali não deixa a gente ver. Que é igualar as aposentadorias, partindo do pressuposto que todos fazem parte do aparato de Segurança Pública e também rever a questão da pensão por morte; militares, integral, e, policiais será, quer dizer, essa questão é polêmica, porque a pensão por morte é uma coisa.

Ah! Para ter integralidade ele tem que está em serviço, mas, vai morrer do mesmo jeito, estando em serviço não estando.

Então, isso é importante, acho que aí tem que ter uma questão política muito mais do que uma questão, infelizmente do que uma questão prática, infelizmente. Então, vai ter que aguardar isso e vê essas reuniões aí com o Rodrigo Maia, para ver onde isso vai chegar, espero que uma coisa isonômica seja tratada, não faz sentido diferenciar integrantes de uma mesma..., com o mesmo contingente.

Regra de transição, um problema sério, regra de transição tem que ser longa e suave; fato, regra de transição tem que ser longa e suave para não penalizar aqueles que estão na eminência de se aposentar, ponto. Eu não vou entender a regra transição é tão complicado, não sei se os senhores

estão acompanhando essa questão de pontuação enfim, se for colocar aqui fica uma coisa muito, muito ruim.

Pensão por morte eu já falei.

Questão dos Estados e Municípios também, a PEC, possibilidade de inclusão de governos locais, por meio de emendas comissão especial, ir a plenário. Quer dizer; isso vai ser jogado não sei como que isso vai ficar, mas, eu creio que será uma coisa, cada um faça o seu, espero que não.

Fundo de Amparo ao Trabalhador que não foi colocado, agora está sendo, quer dizer, repasse 40% das receitas do FAT para Previdência Social, atualmente esses recursos vão para o BNDES, a PEC, não abordava este assunto.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Três minutos para conclusão.

O SR. JULIANO MUSSE - Vou tentar aqui. Nós temos no site do DIEESE, tem uma calculadora a gente está modificando esta calculadora para poder vocês entrarem lá, vocês podem entrar lá e simular a aposentadoria de vocês, vocês têm que colocar como está ali, se é homem ou se é mulher, se é servidor aí tem várias opções ali, data de nascimento, tempo de contribuição, para vocês verem, vai dá um relatório para vocês, para ver quanto tempo falta comparando o que é e como que será e o substitutivo; vão mudar agora essa calculadora com o substantivo.

Rapidamente aqui, vou passar por isso, se diz muito que os servidores são privilegiados. Os servidores...Será que são privilegiados? Os servidores inativos, os pensionistas pagam contribuição da Previdência e recolhimento não existe no regime geral, servidor não tem FGTS, e daí tem diversos motivos que mostram que o servidor não é privilegiado, esse exemplo aqui, talvez seja um grande exemplo a ser discutido. Veja, isso aqui é remuneração dos servidores do Poder Executivo, isso serve aqui para qualquer carreira. Esse foi um exercício que eu fiz, olha só: altos salários privilegiados; vamos dizer privilegiados, não sei até que ponto são privilegiados, são apenas 15%, aqueles que ganham acima de treze mil reais. A maioria, a grande maioria, 51%, reparem lá para vocês verem, ganham até, ganha de quatro e meio a seis e meio salários mínimos, isso não é privilégio, o servidor estudou, trabalhou e está subordinado a regras de concursos, enfim, estão lá porque merecem, aqueles salários lá por que merecem, eles não são privilegiados, esse valor não se relaciona a privilégios.

Privilégios, senhoras e senhores, eu acho que está muito, isso aqui é necessidade de financiamento, desculpa, eu devia ter invertido aqui. Mas, quando se diz que a necessidade de financiamento vai dá um rombo da Previdência Social e aí vai para o lado do servidor público, eu lhe mostro isso aqui. Isso aqui é a necessidade de financiamento do regime próprio de Previdência a partir de 2025, ela é decrescente. Por que é decrescente? Por que elas já estão subordinadas a regime ao sistema híbrido, que é o quê? É o regime geral, teto do regime geral com a FUNPRESP, você já tem uma capitalização dentro do regime próprio. Então, a necessidade de financiamento, ela tem decrescente, isso está no relatório resumido, orçamentário, isso não sou eu que estou falando, está no relatório, está bom?

Onde os servidores, já privilégio, acordo. Isso aqui é onde, acho, onde há realmente privilégio, de acordo com a estimativa da Câmara do Senado, reajuste dos Ministros do

STF, terá impacto de 1,4 bilhões nas contas da União, quatro bilhões incluindo Estados e Municípios só em 2019. Já há um aumento 41,5% para o Judiciário, segundo o planejamento, custou vinte e dois bilhões em 2016, e aí vai. Aqui há privilégio, demais carreiras não, aqui há. Eles querem separar, o Onyx coloca muito, separar Assistência de Previdência, para quê? Só por uma questão metodológica até vale, olha isso aqui é Previdência, mas, o que isso vai impactar em termos orçamentários? Nada.

Aqui, só finalizando, Quando se fala em Capitalização. Eu coloquei lá em cima, porque não está dando para ver. Mas, dos males, o pior. De tudo que a gente está vendo nesta PEC, se isso aqui fosse implantado, em minha opinião, esse aqui é a pior maldade dentro da PEC, por quê? Vamos lá, rapidamente, dos trintas países que fizeram. Isso é estudo da OIT, dos trinta países que fizeram Reforma da Previdência, mudar de um regime de repartição para capitalização, até 2015, dezoito voltaram para o antigo regime, por quê? Porque não dá certo.

Quando se tem uma crise esse sistema é vulnerável, você não tem rentabilidade. Quem paga isso são as pessoas, são os contribuintes. Outra coisa, um país tão, com problemas tão grandes de emprego, desemprego. Você vai contribuir todo mês? Não vai, você vai ficar desempregado.

De repente você está mudando de emprego você não vai contribuir. Se você não vai contribuir você vai sacrificar sua aposentadoria futura.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Um minuto, Dr.

O SR. JULIANO MUSSE - Tá? Então esses países...Não é, voltaram, fizeram uma re-reforma. Tenho um amigo do Chile que ele diz o seguinte: enquanto nós estamos querendo ser o Brasil, o Brasil está querendo ser o Chile. O Chile tem um problema sério hoje. No mais a UFP está aí brigando nas ruas, sempre, com problemas para tentar voltar esse sistema. Por quê? A maioria dos chilenos hoje precisa do Estado. Precisam de uma pensão solidária básica do Estado para poder sobreviver.

Por quê? Porque aquilo que conseguiram acumular durante os anos não é suficiente para a sobrevivência. Isso no mais a UFP são exemplos concretos, lá uma professora primária de 62 anos de idade, ela tinha um salário de 7.500 na ativa; isso é exemplo concreto.

No futuro, 34 anos depois, 1.750 que ela recebe. Como é que ela vai viver se ela tinha um padrão de vida de 7.500, como é que ela vai ver comigo 1.750? 23% da ativa, é isso que está reservado aos brasileiros. Ah, mas será uma opção.

Será uma opção, você vai optar entre uma carteira azulinha e uma verde amarela, entre mais direitos. Meu amigo, se você cria regras duras de acesso. Um jovem que vai entrar no mercado hoje ele vai falar assim: não, eu não vou para a Previdência, não vou me aposentar. Não vou me aposentar nunca. Então eu vou para a capitalização, chegando à capitalização ele vai sofrer com isso. Mas ele vai sofrer não é agora, ele vai sofrer daqui a 35 anos, esse é o problema.

Certo? Isso aí é o que foi proposto, o Pinochet propôs lá em 1981 no Jornal de 1981 que em 2020 vocês teriam 100% do saldo, e isso não é verdade. Olha a rentabilidade em 2008 com a crise como esses fundos sofreram com esse problema.

Aqui eu vou passar esse aqui. Esse aqui o sistema também não está certo. Na Suécia com o sistema de contas

não deu certo. Fraudes. Imagina como o sistema, como iria ser fraudado esse sistema implantado no Brasil.

Acho que é só isso. Capitalização não vai para frente.

Senhoras e senhores eu encerro aqui dizendo que Previdência Social, Seguridade Social isso todos nós devemos ter a consciência disso. Olhar o horizonte Previdenciário e chegar a um cifrao é errado. Previdência faz parte de um sistema chamado de Seguridade Social.

Nós, ainda, temos um problema sério nesse país: desigualdade, pobreza. Mas a pobreza voltou a níveis de 2009.

Nós temos que resolver esses problemas, primeiro. Esses problemas se resolvem, sim, com a atuação do Estado. Por isso o sistema é tripartite. É empregado, é empregador e é Governo. Precisamos de uma mão forte do Estado, sim, até que esses problemas sejam resolvidos. E não precisaremos mais deste aparato do Estado. É isso. Obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) Obrigada Doutor Juliano! Até peço, o Senhor já disse que não vai deixar esse material para gente, e quem quiser ter acesso a esse material, a gente está no Cerimonial e no nosso Gabinete, também.

Parabéns pela fala.

A nossa 2ª Vice-Presidente a Deputada Cássia Muleta, a senhora veio, não é, inclusive representando o Presidente. E agora eu vou passar a palavra para o Deputado Expedito Netto.

O SR. EXPEDITO NETTO – Ô gente, eu falei que eu fiz um acordo aqui de cinco minutos porque o Deputado Mauro vai falar uma hora, aí eu não tinha como falar depois dele. Estou brincando.

Deputado Mauro, gostaria de primeiramente aqui cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Dr. Mauro, que é um deputado que eu admiro demais, e que tem feito um belíssimo trabalho. Hoje eu não estou lá sozinho, junto com o Mauro, junto com o Deputado Léo da Defesa do Trabalhador, na defesa da população. Hoje a gente tem deputados aguerridos junto comigo nessa própria defesa. Não só vocês dois também, não. Quando eu falo na Mariana, hoje eu falo da Silva Cristina, que está junto defendendo a Reforma da Previdência, contra a Reforma da Previdência. Todos nós acreditamos que a gente precisa reformar, mas não destruir a Previdência. Alguns dias atrás eu tive um debate mais acalorado, o Deputado Dr. Mauro presente, a Jaqueline Cassol também estava presente, lá no Município de Vilhena, onde infelizmente, saíram algumas palavras da minha boca que não deveriam ter saído, sobre os Militares das Forças Armadas. Infelizmente eu falei que alguns deles coçavam o saco. E não é dessa forma que a gente tem que tratar e defender as coisas que a gente acredita. Eu estava lá defendendo, algumas pessoas utilizaram daquele vídeo e apenas um trecho. Por que não mostra o vídeo completo? Por que não mostra o que eu realmente estava defendendo? Por que não mostra quem realmente foi lá para me acusar, foi lá para debater e dizer que nós estávamos errados? Nós acabamos de fazer uma Emenda, e essa Emenda do partido do PSD defendendo UPB, defendendo todas as classes da Segurança Pública do nosso País. Que gente, se fala que essa Previdência é para combater privilégios, será que não dá para parar os privilégios? Eu concordo em combater privilégios, agora que privilégio tem um agente penitenciário? Deputado Anderson, que faz a defesa e muito bem-feita dessa categoria. Que

privilégio tem um agente penitenciário que ganha três R\$ 4000? Bota em risco a vida da sua família, bota em risco a sua família, Ronaldo, que privilégio é esse? Me fala. Que privilégio tem um policial federal que está aí combatendo todos os dias a corrupção no nosso país, ou você acha que esse trabalho está sendo feito exclusivamente pelo Judiciário? Quem combate a corrupção é Polícia Federal todos os dias indo para rua investigar, a Polícia Civil é quem combate o crime organizado dentro do nosso Estado e dentro do nosso país, o para-choque é a Polícia Militar e eu estou lá para defender a Polícia Militar, não que eu não esteja aqui para defender os militares das Forças Armadas, eu estou, mas na prerrogativa de função hoje, eu estou para defender quem toma tiro, quem vai para bala, quem está aí combatendo o crime, quem está indo para guerra. E não está tendo o mesmo direito. É pelos mesmos direitos, a UPB tem que ser tratada da mesma forma. Está aqui o Bosco, que desde o começo foi quem deu a ideia de eu fazer o voto inseparado lá na CCJ, aqui eu vejo muita gente hoje falando mal de Sindicato, mas está aqui a Daiane que faz um trabalho belíssimo, está aqui o Bosco que representa o Sindicato das Polícias...

Parabéns pelo trabalho que vocês estão fazendo. Quando vocês vão a Brasília, vocês não vão à toa, vocês vão para brigar por direito, vocês vão para ir atrás de direito para categoria, para que isso que está acontecendo hoje, a gente possa ter um grupo, um time para batalhar e defender realmente os ideais e os interesses das categorias dos trabalhadores e do nosso país. Hoje o que mais se discute é Segurança Pública. Aí estão querendo liberar arma para todo mundo. eu acho que não tem que ser assim, eu acho que tem que ter um meio termo, porte de arma para todo mundo poder sair com uma arma na cintura é muito perigoso, no nosso Estado até que funcionaria Dr. Mauro, no nosso Estado funciona, agora em um Rio de Janeiro, em São Paulo, em BH, como é que vai ser todo mundo armado no meio da rua. Eu acho que todo mundo tem que ter o direito de se defender dentro da sua casa, defender a sua família, inclusive o povo do campo o trabalhador rural.

Isso é inaceitável, lá não tem polícia, lá infelizmente não tem, e eles merecem ter o seu direito de poder defender a sai família, Ronaldo.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Um minuto para concluir Deputado.

O SR. EXPEDITO NETTO - Mas, Ronaldo, tem que mudar, a situação tem que mudar. A gente não pode ser 8 ou 80. Eu vejo hoje o povo defendendo a direita da mesma forma que defendia a esquerda, não dá para pegar tudo que é de bom da esquerda e tudo o que de bom da direita e a gente tem um país melhor? Eu não tenho ideologia, assim, uma opinião formada sobre todos os aspectos sobre um tipo de visão. Nós temos que ter opiniões à medida que as coisas vão aparecendo e não ter um pensamento predeterminado. Mas, gente, o PSD, o meu partido, ontem saiu uma notícia que a gente tava aí para defender privilégios, defender os privilégios da segurança pública e vocês sabem muito bem que vocês não são privilegiados e os esforços que vocês têm, não só vocês, mas a família de vocês que vão lá e dá um beijo num policial civil, num pai de família para ir trabalhar todos os dias, e que esse pai de família pode ser que não volte para casa, o mesmo

acontece com o agente penitenciário, com o socioeducador, o mesmo acontece com todas as categorias de Segurança Pública.

Eu não estou aqui para defender uma, eu estou aqui para defender todas, eu estou aqui para defender a UPB. É esse o meu objetivo e eu tenho certeza que eu vou poder contar com todos os meus companheiros.

Agradecer aqui o doutor Marcelo, parabéns pelo ótimo discurso que você fez, você elementou todos os deputados que realmente estão nessa briga, que estão trabalhando para que isso aconteça. Agradecer também o Juliano Musse, parabéns, fazia tempo que eu não ouvia alguém falar aqui da DRU, que é um dos grandes causadores a renúncia de receita e que a gente tem que colocar isso no debate da Reforma da Previdência, muito importante esses detalhes. E gente, aí tem gente que vai falar assim: ah, mas a DRU retorna para o bolso do Estado, beleza, bacana mesmo que retorne poderia estar investido, não é Juliano? Poderia estar rendendo para o trabalhador, para aposentado, para aquele que vai depender.

Então tem muita coisa para se debater para se ter uma reforma correta antes realmente de chegar a todas as categorias. Parabéns pelo seu posicionamento, é desta forma que realmente se trabalha, com posicionamentos técnicos e reais sobre a nossa Reforma da Previdência. Muito obrigado a todos, fiquem todos com Deus e tenham todos aí um ótimo dia.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Parabéns Deputado Expedito Netto pelo seu posicionamento, eu tenho acompanhado do trabalho também como os dos demais parlamentares, e o senhor sempre tem esse posicionamento em prol do trabalhador. Meus parabéns mesmo. Eu só quero fazer só uma colocação, o próximo a falar é o nosso Deputado Federal Doutor Mauro Nazif.

Eu tenho uma crítica as Forças Armadas, entendeu. A minha maior crítica e eu servi lá por três anos, servi na Aeronáutica aqui em Porto Velho, a minha maior crítica é essas fronteiras nossas da região Amazônica aqui, eu vou colocar como isso. Por quê? No Rio de Janeiro a gente tem 40 mil homens das Forças Armadas, nessas vamos colocar acho que é 06 cidades da Amazônia Legal, 06 Estados da Amazônia Legal, nós só temos 20 mil homens das Forças Armadas, é um absurdo, é uma disparidade, e que fortalece as facções criminosas que agem lá nos centros e começaram a agir na Região Norte? A droga que entra pelas fronteiras, as armas que entra pelas fronteiras, por que a agente não fecha essas fronteiras? É um absurdo! Eu não entendo por que não fecha. Eu estive em Manaus em uma discussão sobre o SUSP e foi justamente a minha fala. Você quer enfraquecer a facção criminosa, dê prejuízo para ela. Combata o tráfico de droga, fecha essas fronteiras, não deixa essas armas entrarem, que elas não vão chegar no Rio de Janeiro, elas não vão chegar em São Paulo, isso não acontece. Aí o dobro do efetivo está empregado no Rio de Janeiro que não está fazendo nada. Aquela intervenção militar no Rio, não serviu para nada. É um absurdo isso. É a minha maior crítica para as Forças Armadas, porque a gente tem um exército, uma aeronáutica, uma marinha preparada para isso e não é usado e o crime está aí e as forças auxiliares não conseguem combater de forma efetiva. O que a gente faz é o paliativo, é prender, colocar lá, daqui a pouco o camarada sai e o crime controlando os presídios, que, inclusive, para mim os presídios do Estado, principalmente, é ali que está o quartel general do crime organizado, por que é de lá que sai as

ordens, as organizações e todo mundo sabe disso, a Polícia Federal, a Polícia Civil, nós sabemos disso e o bandido continua mandando lá dentro dos presídios. O Estado não toma o controle estatal, essa é a minha crítica de uma forma dos governantes não tomarem um posicionamento nesse sentido, e, eu vou como deputado estadual, vou bater nessa tecla para que a gente tome o controle. O Ceará começou a tomar o controle, Rio Grande do Norte começou a tomar o controle, o índice de criminalidade diminuiu dentro das cidades, por quê? Por que mexeram lá onde comanda tudo, que é o sistema carcerário.

Com a fala o nosso Deputado Federal Dr. Mauro, se quiser usar a tribuna fique à vontade ou pode fazer a fala aqui na Mesa mesmo, por 10 minutos.

O SR. MAURO NAZIF – Bom dia para todos, primeiro aqui cumprimentando o Deputado Anderson, por esse trabalho de fazer junto com todas as categorias que fazem a segurança pública; essa audiência, eu cumprimento em seu nome, Deputado Anderson, todos os Parlamentares aqui da Casa.

Vocês estão de parabéns, que essa tem que ser a voz do Estado de Rondônia, que tem que ser trazida aos Parlamentares federais. Cumprimentando a todos os expositores, ao Marcelo, ao Juliano, a Adriana, a Universa que vai falar, ao Dr. Hélio que já falou, ao Dr. Francisco, a todos aqui, ao Josias, ao Brasil, que está aqui presente; o Bosco, a Daihane, a todos, todos vocês se sintam cumprimentados. Um cumprimento especial ao Deputado Léo Moraes, nosso amigo, companheiro, está fazendo um trabalho importante no Congresso Nacional; o Deputado Expedito também tem feito um trabalho muito bonito e tem que ser registrado isso lá no Congresso Nacional, assim como eu vejo também a bancada federal de Rondônia. Quando me perguntam da bancada, eu falo: é uma bancada leve, é uma bancada onde existe o diálogo.

Mas, vamos lá a nossa pauta. Para começar eu sou contra a Reforma da Previdência, eu não abro discussão. Eu sou contra. Sou contra. Independente do relatório que venha do Relator, porque esse relatório que vem, que está vindo e nós temos que discutir sobre esse relatório agora e não mais sobre o que veio do Executivo, ele também traz muitos malefícios. Quem é o grande vilão dessa Reforma da Previdência, que o Governo faz questão de jogar? São os servidores públicos. Os servidores públicos são os grandes vilões. E os estaduais e municipais não pensem que são apenas os federais, eles vão trabalhar para botar dentro dessa PEC os Estados e Municípios. E esse vai ser o trabalho derradeiro agora, essa semana ou na próxima, tentando incluir os Estados e os Municípios. Eu fui prefeito aqui em Porto Velho, peguei uma prefeitura difícil, não teve nenhum político que apanhou tanto que nem eu aqui em Porto Velho, e, no Estado de Rondônia; não teve nenhum. Peguei uma prefeitura desestruturada, quebrada, com muitas dificuldades. Não aumentei um imposto, um IPTU, nenhuma taxa de iluminação pública, eu fui atrás de dinheiro, de dinheiro que é direito nosso, do Município de Porto Velho. Consegui sair da prefeitura deixando tudo em dia, o maior salário de servidores públicos do Estado de Rondônia até então era Porto Velho, não sei hoje; com dinheiro em caixa e com máquinas.

Como é que nós fizemos isso? E não tive apoio de Parlamentares. Como é que nós fizemos isso? Fomos atrás de dinheiro que o Município de Porto Velho tinha direito, quando

assumi, só de ICMS, Deputado Anderson, Porto Velho recebia 19%. Corri atrás, fui atrás. Porto Velho passou a receber 32%.

Servidor Público, não aumentei 1% na sua previdência.

O servidor público municipal contribui com 11 pontos percentuais.

Estava com o maior salário e com a saúde, que é atendimento. Agora, tudo depende da visão que você tem de mundo. Se você quer fazer uma reforma previdenciária, que vai mexer no lado social, você faz. Essa é um exemplo. Se você quer fazer uma reforma tributária, você faz. E aí você tem que olhar quem é o comandante disso tudo. Quem é que está comandando? Quem comanda é nada mais nada menos do que uma pessoa que é do sistema financeiro. A gente tem que entender o conteúdo. Se a gente não entender: ah, por que fazem isso, por que fazem aquilo? Quem é o chefe hoje do Ministério da Economia? Paulo Guedes! Da onde sai Paulo Guedes? Do sistema financeiro. Se eu botar aqui, ó: aqui tem um time A, aqui tem um time B. Eu entro nesse campo de futebol aqui. Não conheço ninguém. Chego ao intervalo do jogo.

Esta torcida aqui no intervalo está batendo palma, essa aqui está calada. Quem é que está ganhando o jogo, no meu entendimento? É esta aqui; e essa aqui está perdendo. Quem é que está batendo palmas hoje com essa Reforma da Previdência? É o sistema financeiro! Só para ter um exemplo: a Bolsa de Valores hoje explode mais de 100.000 pontos. Então, o sistema financeiro está rindo, e rindo muito. Quando eu vejo essa Reforma da Previdência, eu vejo três coisas, para mim, muito importantes. Uma: eles querem adiar. A outra: eles querem impedir. E a terceira: eles querem reduzir. Que é isso? Que é adiar? Adiar é fazer com que o trabalhador, e não é só o servidor público, o RGPS perde muito. A mulher é quem mais perde nessa Reforma da Previdência. Não é o homem, são as mulheres quem mais perdem aqui. Quando eles falam em adiar é aumentar o tempo de serviço, o tempo de trabalho. Então, eles estão adiando para com que as pessoas consigam se aposentar. Quando eu digo que eles querem impedir, o que significa isso? Você aumentando o seu tempo de serviço, muitas das pessoas não vão conseguir chegar lá na ponta. Para onde que ele vem? Vem pro BPC, pela miserabilidade. Vai se aposentar muita gente na miserabilidade. E quando eu digo reduzir, o que significa isso? Significa, com essa base de cálculo e com essa transição, aquilo que a gente ganha hoje, quando aposentarmos, nós vamos ganhar menor. Então, o que significa isso, essa Reforma da Previdência? Significa que esta torcida está rindo e essa está triste. Por isso que está a resposta.

Ontem eu ouvi o Ministro da Economia falar que quer botar nos bancos, banco Itaú, esses bancos todos aí, Bradesco, todos eles, 100 bilhões de reais para que eles possam trabalhar e emprestar para investimento. Por que investir no sistema financeiro? A capitalização, o relator está tirando. Mas tem uma coisa gravíssima, gravíssima, que está embutida nisso tudo. Chama-se desconstitucionalização. Hoje, qualquer coisa que formos tratar sobre Reforma da Previdência, tem que ser através de uma PEC, um Projeto de Emenda Constitucional, em que você precisa, no mínimo, de 308 votos. E eles estão tirando isso, que está na Constituição. E o que estão fazendo? Passa por lei complementar. Tudo que não for aprovado do jeito deles agora, amanhã através de lei complementar entra.

Então, por isso, pessoal, que eu vejo muita dificuldade.

Essa semana, segunda-feira, eu participei de uma reunião da educação lá no SINTERO, e nessa reunião eu disse a mesma coisa, eu não vou aqui trabalhar isoladamente o rural e lá estava o pessoal do campo, do Movimento Campesino, eu não vou tratar aqui a questão isolada da educação dos professores como eu não vou tratar a questão isolada aqui da segurança, não vou. Se houver uma perda já é um prejuízo.

Agora a PEC sendo aprovada lá na Comissão todas as Emendas que vierem no Plenário podem ter certeza que eu sou 100% favorável, que aí é você tentar minimizar o efeito.

Agora hoje, do jeito que está sendo proposto ela traz muitos problemas e vou falar mais, essa PEC só passa sob duas condições, falei isso no Congresso, está registrado lá e falo aqui: "se o Governo Federal liberar muita Emenda para Parlamentares e se abrir cargos nos Estados". Se não fizer isso, não passa. E vai ter que abrir se ele quiser passar. Então, nós não podemos achar que isso aqui é só para os outros, isso é para todos nós. E mesmo os que entrarem a partir do momento que acabar a desconstitucionalização eles podem derrubar pela Lei Complementar se assim o entender. A capitalização a princípio está fora do texto, mas eu não tenho dúvida, não tenho dúvida que ela saindo em seguida vem uma Lei Complementar tratando sobre esse assunto. Então a gente vê, eu não falo nem que eu vejo com ressalva, eu não vejo com ressalva eu sou contra, não tem diálogo nessa Reforma.

Quando você vê aqui a transição, o deságio que estão botando de 100%, 100% nessa transição, quem está para se aposentar, meu pai do céu. Faça igual das Forças Armadas, bota 17% não tire o deles dos 17% não, deixe; mas bota também de maneira igualitária para todos os outros os 17%.

Eu não sou de tirar pão de quem já tem, não tiro; mas sou de dar pão para aqueles que não tem. Então o tratamento ele tem que ser igual e assim que a gente tem trabalhado nessa questão aqui.

Então pessoal, só para a gente ter uma ideia do que a gente fala, eu anotei aqui, o Governo Federal ele diz o seguinte: "no Sistema do RGPs, que é o geral, ele arrecada R\$ 395 bilhões, ele gasta R\$ 580. Então ele tem um prejuízo de R\$ 192 bilhões.

Servidores públicos federais ele arrecada R\$ 33 bilhões, ele tem um gasto de R\$ 79 com prejuízo em torno de R\$ 48, R\$ 49 bilhões.

As Forças Armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica, ele arrecada R\$ 2 bilhões, ele tem um gasto de R\$ 46 bilhões.

Então nas Forças Armadas um prejuízo praticamente igual ao do servidor público, R\$ 44 bilhões. E o Distrito Federal quem banca os servidores do DF é o Governo Federal, o Governo Federal lá arrecada R\$ 500 milhões e tem um gasto lá de R\$ 4 bilhões e 600. Então, o Governo Federal banca para o DF 4.1.

Isso aqui só mostra quantas previdências que nós temos no país, só aqui são quatro previdências diferentes.

Então, o nosso objetivo nela é trabalhar isso, e ao mesmo tempo, que a gente fala isso, e porque que eu fiz o comparativo com o Município de Porto Velho no início e fecho com isso. Se o Governo Federal quiser resolver essa questão, se quisesse resolver da maneira tributária é só entrar lá na Lei 9.400. Eu não sei se é 69 ou 59 de 95, entra no artigo 9º e no artigo 10º, tira a isenção sobre juros e dividendos, artigo 9º, artigo 10º, só falta o número da decimal aqui que eu não recordo, são nove mil e quatrocentos, e termina com nove, ou é cinquenta

ou é sessenta e nove ou é quarenta e nove, de 95. Aonde, no seu artigo 9º e no artigo 10º, ele faz com que não seja, que sejam isentos. É só, retira isso. Aqui eu não precisei tributar a população de Porto Velho, nem aumentar o desconto previdenciário do servidor público. Eu achei a forma para a gente sair. O Governo Federal tem, só que quem comanda, que é o Ministro da Economia, que é do Sistema Financeiro, não mexe aí. Então, vai ser um país que vai chorar muito na frente.

O Brasil vai se tornar um país de miserabilidade e a gente está vendo esse filme acontecer. Estamos nessa luta, não abro mão dessa pauta como não abrimos de outras. E é uma briga muito séria para toda a população brasileira. Para mim talvez não afete, mas para o meu filho, para muitos de vocês aqui, que eu vejo muitos jovens, com certeza afeta. E eu não posso olhar para o meu, eu tenho que olhar para a geração que está vindo aí atrás. Obrigado. Estamos juntos nessa luta. Parabéns Anderson.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado Dr. Mauro. Ele pediu uma hora e falou 17 minutos. Está bom demais.

O SR. MAURO NAZIF – Eu só pedi para o Anderson, é que eu estou com uma audiência agora com o presidente do Tribunal de Justiça para tratar sobre essas famílias do Baixo e do Médio Madeira que perderam tudo e até hoje as Usinas não fizeram essa recondução deles e não deram qualquer cobertura. Então, eu vou pedir licença a vocês que eu estou com essa visita lá no TJ. Obrigado e peço desculpas por ter que sair.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado Dr. Mauro.

Também agradecer a presença do Vereador Sóstenes da Silva, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Pimenta Bueno.

O Vice-Presidente do SINSEPOL, Raidson Lima, se encontra? Com a fala por três minutos. Em seguida a gente tem mais um inscrito aqui e aí depois o Deputado Léo Moraes, ele também tem uma audiência no Tribunal de Contas.

O SR. RAIDSON LIMA – Bom dia a todos. Gostaria aqui de cumprimentar a Mesa, na pessoa do nosso proponente Anderson. E dizer que o SINSEPOL está atento a todas as mobilizações. Estamos aqui em apoio a UBB, brigando por essa previdência que está vindo de forma tão, vamos dizer assim, prejudicial aos servidores públicos, principalmente, aos servidores da Segurança Pública.

E aí, esses dias eu estava pensando em alguns colegas que já faleceram, da Polícia Civil. Na semana passada nós tivemos um colega que levou um tiro no interior de Rondônia. E esse amigo, a pessoa, o infrator que disparou contra ele não viu o policial civil: "Ah, eu vou matar um policial civil." Ele não viu um policial militar, não viu um policial federal, porque os bandidos não fazem distinção de policial. Então, polícia, como eu sempre falo nas redes sociais, polícia é polícia, não interessa a marca, não interessa qual a sua representatividade. Então, nós devemos ter os mesmos direitos. Não podemos recuar em nenhum dos direitos que foram ao longo do tempo, conquistados, principalmente, pelos movimentos ao qual hoje eu pertencço, movimento sindical. Então, eu tenho muito orgulho de ser policial civil e vou estar sempre aqui ao lado de todos vocês, UBB e nossos representantes na luta contra essa previdência tão prejudicial. Agradeço a todos e tenham um bom dia.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado pela fala.

Deputado Léo Moraes, com a fala por 10 minutos, está bom, não é Léo? Até menos.

O Deputado Léo Moraes é importante, inclusive, a fala dele, porque ele é membro da Comissão Especial que discute a Reforma da Previdência, inclusive, foi criticado e considero injustamente porque votou na CCJ a admissão da Reforma.

Mas está tendo uma oportunidade única de tentar mudar isso e já fez a sua parte. E, aí ele está com a fala para fazer as suas colocações.

O SR. LÉO MORAES – Tudo bem, Obrigado. Pessoal, bom dia. Agradeço a oportunidade, agradeço a Deus por estar aqui.

Parabenizo o Deputado Anderson Pereira, Anderson da SINGEPERON, assim como o Deputado Jhony Paixão, por puxarem uma audiência tão relevante, tão importante em um momento crucial, determinante que nós saberemos qual será o rumo da Reforma da Previdência, da nova previdência e também no atendimento à população em geral e, logicamente, aos nossos servidores públicos.

Com todo respeito, inclusive, à categoria do servidor público, nós sempre fizemos uma defesa muito clara, muito cristalina em relação a direitos adquiridos, como foi o caso de não permitir que retirassem a Licença Prêmio mediante decreto aqui dentro do Estado de Rondônia, que nós lutamos e conquistamos isso com apoio unânime da Assembleia Legislativa de todos os nossos colegas e tantas outras atividades que já aconteceram aqui à outra época.

Eu gostaria de cumprimentar o Dr. Marcelo Azevedo, da Federação Nacional da Polícia Rodoviária Federal, nós estamos a várias mãos de cabeças, avançando no tema dentro da Câmara Federal, dentro de uma estratégia, é importante registrar isso. O nosso colega Juliano Musse, do DIEESE, parabéns pela explanação; a Dra. Adriana Oliveira Maia, do mesmo jeito, parabéns, muito importante nós termos a OAB como um Instituto de freios contrapeso da sociedade brasileira é fundamental que venha e logicamente, traga elementos, indícios, números, estatística para elucidar o que a população precisa, logicamente saber, afinal são muitas informações que muitas vezes se torna míope a nossa visão em relação a um tema tão espinhoso como esse. Senhora Universa Lagos, da Previdência do IPERON; meu amigo, Dr. Alencar, também está aqui, delegado de polícia; cumprimento o Adão, também, meu amigo, aliás, a toda diretoria do SINSEPOL; Bosco da Federal; Ronaldo que também está aqui; o Josias, meu amigo, compartilho, nutro amizade, assim como o carinho por todos os peritos que também faz parte da nossa luta; os nossos agentes penitenciários e aqui vale o registro especial dos agentes penitenciários que nos posicionamos favorável ao reconhecimento da atividade policial dos agentes penitenciários e socioeducadores, assim como a inclusão do socioeducadores no SUSP, que é o Sistema Único de Segurança Pública e fomos voto vencido lá dentro da Câmara Federal, essas falhas de comunicação e imperfeição nas tratativas republicanas, muitas vezes do governo, impede um avanço tão significativo que iria abarcar pelo menos ao quatrocentos mil profissionais da nossa nação; afinal, todos sabemos da incolumidade que é o que justifica ser reconhecido atividade de segurança pública, é a preservação da ordem, é o cuidado inerente a atividade profissional nas quais vocês estão inseridos e não somente vocês, como o guarda municipal, até mesmo como agente de trânsito e outras profissões que se relacionam, dialogam com a segurança pública.

Nós temos, poderia ficar aqui uma hora e talvez ainda seria insuficiente, porque a gente tem que discutir o mérito, o

conteúdo, a Previdência em geral e as tratativas de articulação política para que nós tenhamos sucesso; porque com todo o respeito ao que eu sempre falei, é que não adianta somente bradar, falar, nós temos que tentar dar a cara a tapa para tentar avançar, se nós sabemos que existe uma força muito grande do governo em avançar, com a minha experiência e tive de Câmara e Assembleia Legislativa; é bem provável que avance e aí a gente tem que entender e fazer uma reflexão. A reforma, ela é economicamente viável. Ela tem sido totalmente justa? Talvez não e o momento de balancear e equilibrar é dentro da Comissão Especial, é dentro da Comissão Especial.

Então, às vezes, é melhor que se percam os anéis, que fiquem os dedos e as mãos para agir em defesa do que nós acreditamos. Digo isso com clareza, porque nós ainda estamos com alguns prejuízos no que diz respeito à políticas sociais.

Eu sou autor de 05 emendas, sou um dos deputados que mais tem emenda dentro da Reforma da Previdência de todo o Congresso Nacional; foram 270, 60 foram desconsideradas, vamos lá, tem 200, dessas 200, 05 são minhas. Uma delas diz respeito à invalidez em decorrência de doença grave, que desconsideraram esse modelo, isto é, se o meu colega agente penitenciário, adquire um câncer, ou uma doença na coluna em decorrência da sua atividade laboral, é desconsiderado no momento que ele mais precisa e vai receber 60% e se é antes de 2003 ou não, deixa de receber integralidade e paridade, deixa de receber integralidade, no momento que mais se precisa. Nós apresentamos emenda, estamos em fase de negociação para que seja considerado num relatório complementar do Deputado Samuel Moreira, que se não for integralidade e paridade, se resguarde o 100% dos vencimentos do salário dessas pessoas num momento tão importante.

Discutimos educação, que foi parcialmente acatada pelo relator, para manter a aposentadoria especial, afinal, é massacrante, aqui a gente está falando de segurança pública, mas eu tenho que fazer an passant, nem que seja breve. A discussão a respeito das outras áreas, como é que vai deixar 30 anos em serviço efetivo de magistério, 40 anos, serviço efetivo de magistério, meu colega do DIEESE, é humanamente inviável, é perverso; não vão chegar até o final da sua atividade, pelo nível de estresse. E aí também quero deixar registrado que fizemos uma emenda da Segurança Pública e inclusive queria anunciar para vocês e mais do que isso, apresentamos um projeto já aprovado dentro da Comissão de Segurança Pública, que diz respeito ao Seguro de Vida, as atividades de segurança pública do nosso país. Como isso pode de repente ser uma alternativa dependendo do que acontece na Reforma da Previdência, uma alternativa para nós resguardarmos a nossa população às famílias de quem faz segurança pública. E já está incluído no voto do relator inclusive, que não será somente o artigo 144, Bosco, que seria a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, delegados, Polícia Civil em geral, Polícia Militar, mais também os Agentes Penitenciários e também os Agentes Socioeducativos que já estão incluídos nesse projeto. Lógico, e também o seguro de vida não é tão somente no momento da atividade para combater crime organizado ou manter a ordem, por exemplo, nas Unidades Prisionais, mais também no deslocamento desses profissionais na ida e vinda dos seus lares, porque morrem e o máximo que tem é uma marcha fúnebre quando é grande autoridade, que hasteiam ou colocam a bandeira por cima do caixão, mas, nem o velório se paga, nem o velório se paga para quem faz segurança pública. É um Projeto de nossa autoria, que já passou na Comissão de Segurança Pública, eu queria aqui deixar registrado. Agora vamos ao possível avanço. Apresentei

segurança pública como emenda dentro da Comissão, porém, eu conversei com os colegas da UPB, o Gutierrez, não é isso, Bosco? O Gutierrez, eu tenho contado todo dia, toda hora, já falei com ele aqui durante a Audiência, que congrega todas essas entidades, Agentes Penitenciários, Socioeducadores, Agente de Trânsito, Guarda Municipal, Polícia Civil, todo mundo.

A gente precisava de uma estratégia e essa estratégia aconteceu em que sentido?

O PODEMOS, cada Partido, de acordo com seu tamanho, número de parlamentares, pode retirar destaques, o que é o destaque? É você fazer uma apreciação em separado de terminada matéria que foi apresentada tanto no texto principal quanto nas emendas dos Deputados Federais. E nós, eu não coloquei um destaque de minha autoria, veja bem, abrindo mão do meu interesse de repente de ter um capital político, para nós fazermos um destaque que o PODEMOS, meu Partido só tem direito a um destaque, e nós pegamos o destaque da Emenda 145, de autoria de outros três Deputados e transformamos no Destaque 47, que é o Destaque mais expansivo, mais ampliado no que tange a segurança pública, que atende os Agentes Penitenciários, os Socioeducadores, Guardas Municipais e outras atividades, para quê? Porque a gente precisa dos votos, Josias, atende peritos que estão também incluídos, no sentido de ter os votos necessários, os vinte e cinco votos para nós aprovarmos esse Destaque dentro da Comissão Especial. Porque senão aprova dentro da Comissão Especial, dificilmente dentro do Plenário, isso pode prosperar, em que pese, aliás, em que pese não, principalmente meu colega do DIEESE, que tem experiência política certamente e conhece os porões do Congresso, principalmente, porque imaginem você, está lá no texto fora Estado e Município, então, não vamos desconsiderar os Destaques, porque está fora Estado e Município, não vamos discutir a questão de vocês. Chega lá, aprova o relatório, coloca para o plenário, o que se faz? No plenário, inclui Estados e Município, e a gente está fora da discussão da segurança pública, por exemplo. Então, o momento que a onça bebe água, e que a gente vai separar os guris dos homens nesse debate, é agora, é agora fundamentalmente, precisamos nessa unidade. E fico feliz, viu Adão, fico feliz Dr. Alencar, o Helinho, meu grande amigo, de ver todas as corporações, todos os órgãos da Polícia Judiciária e todo mundo que faz segurança pública em comum acordo avançando com a UPB, para que a gente possa avançar. Às vezes é um trabalho chato que demanda muito tempo, cansativo, o Bosco, há muitos anos, eu ouço falar do Bosco, inclusive, eu tenho outras discussões lá na frente como coragem de falar sobre unificação das polícias ou quem sabe desmilitarização, enfim, a gente vai ter que falar o que é sério e importante no nosso País. Concorde muito com que o meu colega Juliano falou, eu não tenho dúvida, e faço parte da frente parlamentar e há muitos anos falo isso aqui em Rondônia, que a gente tem que discutir reforma tributária, que a gente tem que tributar sim na renda e não no bem e consumo, que hoje tem o modelo de imposto único de bens e serviços que tramita na Câmara Federal. Reforma Tributária, cria ambiente a geração do emprego, universaliza oportunidades, facilita o entendimento da população para não entender que é roubada pelo poder público e devem, ao contrário, atender as necessidades e entregar resultados na ponta da corda. Reforma da Previdência, é bom que se fale que não é só fator previdenciário, mas, a gente tem que ver, enxergar, e não pode deixar de falar. Hoje, tem o interesse de um ajuste fiscal em cima da Reforma da Previdência, e é bem verdade que o Instituto, a OIT - Organização Internacional do Trabalho, já

falou. Passei os meus cinco minutos provavelmente já, não é? Me dê mais três minutos? Que comecei mal, político, falando mais e mentindo, não é? Quer a deixa claro aqui, a OIT, se eu não me engano, cinquenta países, bem próximo disso, dos cinquenta países que aderiram modelo de capitalização, trinta e quatro, se eu não me engano, posso estar bem próximo disso, quantos, Juliano? Trinta, dezoito? Dos trinta, foram dezoito? Dos trinta, dezoito, dá quase a mesma proporção, viu Juliano, de cinquenta dá quase a mesma coisa, talvez seja isso. Eles tiveram que retomar o modelo de regime de solidariedade e repartição, porque não se sustenta, e é algo que a gente defendeu desde o início, tira a capitalização para a gente começar a discutir. Além do que, nós deixamos claro; a questão da constitucionalidade, de repente discutir matéria de competência, senão privativa, mas, sim concorrente dos Estados. E eu estou falando em relação discussão jurídica de tudo isso, capitalização saiu, o PPC saiu, mas, a gente tem que ter cuidado porque pessoas com deficiência não estão incluídas no texto, querem incluir, mas, retirar benefícios da pessoa da melhor idade, Juliano, muito cuidado, porque se a gente cobre uma parcela que é menor da população e merece, a gente vai descumprir uma grande parcela de pessoas que mais precisam também, que é a pessoa da melhor idade. A gente está discutindo isso com muita atenção. Tem a Emenda 20, que também é do meu partido, do Partido PODEMOS, em relação às pessoas com deficiência. Outra questão; CONFISCO, os valores que quase chegam a 45%, se você considerar 27% do Imposto de Renda e do INSS chegando a quase 15%, 43% é uma monta muito alta que a gente tem que ter cuidado.

Transição em pedágio. Transição é algo fundamental, poxa, eu quero pagar? Me deixa pagar 5 anos. Eu pago 5 anos nem que seja integralmente, 7 anos, mas me deixa aposentar com integralidade e paridade porque eu pertencço aos quadros antes de 2003. Então, essa é a discussão que é de grande valia para que a gente possa avançar com responsabilidade. Por que eu digo para vocês, a não ser que tenha uma hecatombe, algum problema muito grave, o Governo vai jogar todas as suas forças para que aprobe a Reforma da Previdência, para que aprobe a Reforma da Previdência e aí a gente tem que fazer uma discussão de qualidade de representatividade porque eu respeito todas as posições, mas, que fique bem claro que cada representante ele está naquele momento fazendo a defesa das suas convicções e do seu público e não por outros interesses como geralmente costuma acontecer.

Então, a gente faz esse alerta, eu acredito que a gente tem que passar por uma Reforma Bancária, eu já vi aqui o Juliano falar das dívidas que estão amortizadas dos grandes devedores, é bem verdade, mas 30% consegue recuperar; lucros e dividendos, taxas bancárias que o relator avançou, inclusive, e aumentar a percentagem das Instituições Bancárias.

Hoje nós temos 5 bancos que tomam conta do nosso País e do nosso dinheiro em forma de agiotagem legal, são agiotas de luxo e eu faço aqui, dou um exemplo muito claro, se eu coloco, eu já falei isso, se eu coloco R\$ 500,00, R\$ 500,00 na poupança, na poupança, no banco, a gente tira depois de 10 anos R\$ 910,00, R\$ 910,00; se a gente coloca R\$ 500,00 em Instituição Bancária nos juros bancários, no Cheque Especial, a gente vai saber quanto que vai ter que pagar após 10 anos mais de R\$ 47 milhões de reais. É discrepante, é ultrajante, é uma sacanagem, com perdão da palavra. Essas são as atenções que a gente precisa ter e entendendo naquela época da Comissão de Constituição e Justiça que eu prefiro o protagonismo porque eu sei que a história vai me reservar um bom lugar do que propriamente deixar de participar de algo tão relevante

que é a Comissão Especial. Já que é para entrar na confusão me coloque no olho do furacão e a gente tem avançado. Das cinco Emendas conseguimos melhorar a Educação, temos discutido Segurança Pública e quarta-feira teve reunião o nosso Partido estava lá com as Forças de Segurança, com o Rodrigo Maia, para discutir que precisamos sim de aposentadoria policial para quem é policial; tem que tratar de forma isonômica conforme a história nos trouxe até aqui, muitas pessoas lutaram antes de vocês, sem sombra de dúvidas, e a gente tem que ter responsabilidade. Ah! Sou contra isso, sou contra..., avançou? Avançou. O que aconteceu? No jeito que não deveria passar.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Trinta segundos.

O SR. LÉO MORAES – Trinta segundos, estou acabando. Militar com pensão integral e vitalícia? Está certo, está certo. Mas e cadê das outras Forças Policiais? A gente precisa também, porque aí eu faço um comparativo. Vamos lá, um Militar das Forças Armadas, que seja, é morreu numa discussão de bar, a sua esposa, ele tem 25 anos a sua esposa tem 22, não tem filho, recebe integralmente, integralmente com paridade e integralidade; no modelo proposto, chega a polícia Civil ou chega outra Força de Segurança Pública, vai receber uma percentagem disso, 50 não é? Calma aí é 50 ou 40? Cinquenta por cento da pensão e o tempo determinado que o atual modelo apresenta tão somente 4 meses. Isso é importante de ser falado, é isso que a gente precisa avançar, é isso que a gente precisa. Tu morreu, te ferra. Tua mulher se tiver filho são quatro meses, depois ó vai embora, coloca a trouxa e vai embora. Esse tipo de assunto que a gente está tentando avançar dentro da Comissão, dentro da Comissão Especial.

Capitalização já foi falada, tributação da mesma forma, a Lei do Seguro de Vida, o INSS, natureza policial, atividade exercida pelos Agentes Penitenciários Socioeducadores.

Enquanto eu estiver no Congresso eu vou lutar, vocês podem trazer é a PEC, que eu estou com a Anúnciação, não é a Anúnciação o Presidente da FENASPEN, ouviu Deputado Anderson, às vezes a gente não dialoga, mas essa luta é nossa a gente tem encampado desde o início, consegui a assinatura do meu líder, Líder do meu Partido para que faça a defesa e tentei colocar na Ordem do Dia em Regime de Urgência, não avançou ainda porque é difícil, senão já tinha acontecido, mas, quero aqui registrar porque muitas vezes, se fala tanto e se faz pouco, cria-se um enredo fantasioso, gera-se uma discussão partidária, às vezes aqui, ou até mesmo ideológica, a quem é de direita e de esquerda. A gente tem é que avançar, a gente tem que ter compromisso com o Brasil e com as pessoas, porque eu sempre falo, às vezes, eu sou criticado: "ah! O Governo Federal... Que nem lá, o Ministro, deixa eu só concluir, o Weintraub, foi lá e falou do peso da cocaína, tal, tal, tal, Pô, respeite a liturgia do cargo cara, não importa se é direita ou esquerda, até porque quem fez bobagem lá atrás tem que ser punido e tem que arcar com as suas consequências, mas o cara é o Ministro de Estado! Isso não é contra direita, contra Governo, contra Bolsonaro, muito pelo contrário, é alertar o Governo que isso não pode acontecer porque esse tipo de comportamento impede, inclusive, avanços dentro da Câmara Federal que são relevantes e preciosos.

Então, é isso que a gente queria deixar de alerta, nós estamos a disposição, concordo com o Mauro, concordo com o Netto, a nossa bancada é muito qualificada, em minha opinião, se não fosse, também falaria, justamente pela postura independente que tenho. Mas a gente queria deixar e alertar

a respeito desses índices desses números e do cuidado que a gente tem que ter nesse momento, quem conhece, me conhece sabe que a gente luta sem sombras de dúvidas por categorias pelo que nós achamos que é razoável, justo e é isso que a gente vai continuar a fazer na Câmara Federal, qualquer dúvida, sugestão encaminhe para nosso escritório, encaminhe para nossa rede social, que a gente vai continuar fazendo a diferença e lutando para ser protagonista e levando a voz ativa do nosso Estado de Rondônia que é o mais importante, não fingir que faz, mas fazer, dar à cara a tapa, por mais que pessoas fiquem insatisfeitas, mas tentar defender a maioria e o futuro da nossa nação, principalmente do meu Estado. Obrigado, qualquer coisa estou à disposição, conte comigo, obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Parabéns, Deputado Léo Moraes pela fala. Com a fala ainda por três minutos, o senhor Edson Silva, Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do Estado de Rondônia – SINDPRF.

E com a última fala vai ser a nossa amiga Universa, do nosso Regime Próprio de Previdência, ela tem só uma colocação para fazer, e até pediria ao Deputado de Moraes para ouvi-la também, eu sei que você já está comendo essa questão. E se alguém tiver alguma pergunta para fazer, a gente pode levar o microfone até aí, o Deputado Léo Moraes, eu sei que ele tem uma audiência agora lá no Tribunal de Contas, mas seria coisa bem rápida, mas só se alguém tiver alguma pergunta para direcionar aqui para Mesa e nós temos os palestrantes também para estar respondendo. Com a palavra o senhor Edson.

O SR. EDSON SILVA - Muito obrigado a Mesa por abrir essa oportunidade para os sindicalistas, obrigado pela presença dos deputados federais, o Deputado Anderson e Johnny paixão que deram a oportunidade de que nós fôssemos beneficiados por disponibilizar nossas palavras. Então eu gostaria inicialmente dizer que esse número 55 anos, ele acontece em decorrência de um estudo efetuado na Europa em relação as polícias da Europa. Então o policial da Europa que menos vive é o policial português que em média ele tem sessenta e sete anos e meio de sobrevida, enquanto o policial inglês 73 anos. E a média que eles colocaram para tornar justo aposentação de um policial na Europa foi 55 anos, ou seja, doze anos e meio além da idade média de vida de um policial português que seria o mais baixo índice de sobrevida. Então eu gosto muito de números e esses números é que proporcionam nessas pesquisas, nós colocamos em discussão e isso me motivou no ano de 2008, nós encerramos um estudo sobre a atividade policial rodoviário federal no Brasil. E esse estudo me levou também verificar a expectativa, na ocasião utilizei a palavra expectativa de vida, na realidade eu deveria ter utilizado na ocasião: 'expectativa de morte do policial no Brasil'. Para o policial rodoviário naquela ocasião, nós levantamos à idade de 54 anos a expectativa de morte dele. Posteriormente em decorrência da minha ida para o Conselho de Representantes da Polícia Rodoviária Federal, então isso aí foi trabalhado um estudo que concebesse as polícias federais terem um estudo sobre a expectativa de morte deles. E eu tive a feliz oportunidade de acompanhar o estudo que nós indicamos a Fundação Getúlio Vargas para fazer esse trabalho. E eles encerraram essa atividade em 2015, quando apresentaram para as três polícias mantidas pela União o estudo deles em que parte dele foi falado aqui pelo nosso palestrante Marcelo Azevedo. Então esses detalhes de números de pesquisa, eu acho que deveria nortear a vida de cada um profissional servidor público em suas atividades. Mais um detalhe que eu gostaria de passar é com relação aos agentes

penitenciários. A expectativa de morte deles no Brasil é a mesma expectativa de morte dos trabalhadores de carvão, ou seja, 43 anos a expectativa de morte dos agentes penitenciários no Brasil. Então são detalhes que nós precisamos discutir junto aos nossos congressistas, aqueles que vão decidir pela nossa vida, pela aposentação dos profissionais que atuam na segurança do nosso país. Então para que nós possamos efetivamente dar todo sangue que a sociedade precisa, nós precisamos estar cobertos, a nossa família precisa estar coberta de todos os direitos sociais que nós temos o direito. Então para isso nós então desenvolvemos isso e passamos para o UPB, que eu acho que é algo que cresceu no país e precisava ter esse crescimento aqui no Estado de Rondônia. Felizmente nós temos as famílias policiais unidas em Rondônia para que possamos lutar pelos direitos sociais da família policial no nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Então, a senhora Universa com a palavra.

A SRA. UNIVERSA LAGOS – Bom dia a todos os presentes, o Instituto de Previdência do Estado de Rondônia é favorável a PEC, mas, dois pontos na PEC e bem colocado pelos três representantes Deputados Federais e o Anderson, duas coisas que nos chama atenção na Previdência, é o § 3º, como bem o Mauro colocou, deixar para que os Estados, Municípios ou Distrito Federal, através de Lei Complementar de iniciativa dos Poderes, é uma grande preocupação que estabelece o quê? Nas regras de transição, na majoração dos pontos, porque agora não existe mais a regra de transição, a cada ano é mais contribuído reduzir ano e idade, agora é será uma pontuação e isso tem preocupado realmente todos os regimes, porque fica bem claro que os Estados poderão por lei própria, através da pesquisa do IBGE, que faz a expectativa de vida, ele fazer uma lei complementar para atribuir a majoração das contribuições. O outro ponto está também, que se o regime próprio de Previdência Social, ele tiver um déficit atuarial, por lei também dos Estados através de uma lei complementar, o ente federativo poderá também criar uma contribuição extraordinária para os servidores públicos e também se estender aos aposentados e pensionistas por um período determinado para equacionar o déficit atuarial. Então são esses dois pontos para reflexão também dos Deputados e de toda categoria. O Instituto de Previdência desde 2014 vem fazendo audiências públicas e eu até comentei com o Delegado aqui, Hélio que eu vejo que a categoria de servidores públicos efetivos, que eu também sou de carreira, eu tenho 30 anos e com certeza, pela PEC, eu vou para 62 anos de idade, porque eu não tenho fator idade, é uma grande preocupação. Então, a gente tem que ter, eu vejo que o servidor público em nível nacional, não é estadual, a Previdência é um ato complexo e olha que eu tenho já 30 anos de Previdência e a gente vê que são muito complexas as legislações brasileiras e eu vejo que não há, o servidor público, eu vejo como ele não vem para esse debate que é muito importante. Então, o Instituto de Previdência desde 2014 vem fazendo audiências públicas e o público é muito pouco de servidor público para tratar de um assunto tão importante para a nossa categoria de servidores públicos, não só para nós servidores públicos, nós temos que pensar na sociedade, que é a classe, principalmente, eu vejo aí das pessoas do BPC, dos rurais, então a gente tem que pensar em uma categoria como um todo, nós não podemos também só pensar no servidor público, eu vejo como uma sociedade no geral, é o momento de refletir sobre isso. Então

eram essas as minhas considerações, em novembro terá novamente audiência pública que a gente sempre vem tratando de assuntos previdenciários, também não adianta nós pensarmos assim: "ah! Não vamos ter a reforma". Mas, não adianta não ter a Reforma e chegar daqui a pouco. Os cálculos atuariais apontam o Estado de Rondônia ainda está no azul, mas, se nada for feito, chegará em 2020, 21, 22, o Estado já vai ter que começar a portar da Fonte 100. O que significa isso? Menos saúde, educação e segurança pública. Então, fica uma reflexão para todos os servidores públicos a pensar em uma sociedade melhor para toda população e para nós servidores públicos. E espero que os Deputados, todos, tenham essa consciência e realmente façam mais esses estudos e lutem por toda uma categoria, porque tendo educação e saúde e segurança pública no nosso Brasil, eu tenho certeza que as coisas melhoram. Era o que eu tinha para colocar para aos senhores.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado Senhora Universa. Alguma pergunta para direcionar para a Mesa. Alguém tem? Então, isso é importante, o debate foi bem esclarecedor.

O SR. BOSCO DA FEDERAL (Fora do microfone) – Uma pergunta Deputado. Se é possível a Assembleia Legislativa, através de sua pessoa, Presidente da Comissão de Segurança encaminhar esse pleito, que já foi falado, mas encaminhar oficialmente para a Bancada do Estado de Rondônia e divulgar amplamente esse nosso trabalho?

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Sim, com certeza, é um dos encaminhamentos que a gente coloca no final, é o encaminhamento de todos os temas debatidos para quem de direito, nesse caso específico para os membros da bancada, nós vamos encaminhar para o Coordenador da bancada que é o Deputado Lúcio Mosquini e todos os três Senadores, os Deputados Federais, todos irão receber cópias da Ata, o importante é que o pleito da Segurança Pública está atendido nas emendas, como o Deputado Léo Moraes colocou aqui, justamente a gente não vai pontuar de encaminhamento porque já está lá, já foram admitidas as emendas, então já está sendo trabalhado em cima disso. Agora, é um trabalho nosso de formiguinha, de mobilizar cada Deputado Federal para a gente conseguir emplacar essas emendas e amenizar, que na verdade, é só amenizar o maior prejuízo social que a classe da Segurança Pública teria se aprovasse da forma original que estava o projeto.

Então, eu agradeço aos palestrantes que se dispuseram a vir, e vieram sem custo algum para o Estado, a não ser a passagem aérea. Mas a gente sabe da importância, da responsabilidade. Isso eles estão preocupados, com a questão nossa nacional. E tenho a certeza de que o Estado que os convidar, eles estarão ali prontos a ir debater e discutir esse tema tão complexo e tão polêmico também. Mas envolve as nossas vidas, o nosso futuro, dos nossos filhos, dos nossos netos, e de toda a nação brasileira. Agradeço a presença de todos.

E, invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Um bom-dia a todos.

(Encerra-se esta audiência às 12h22min)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº3076/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos Artigos 11 e 24 e anexo VI, da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituído o Comitê Gestor do Plano Plurianual – PPA, da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, para o período de 2020-2023.

Art. 2º Nomear, sem ônus, para compor o referido Comitê os seguintes servidores:

Coordenador: ARILDO LOPES DA SILVA
Membros : RAFAEL FIGUEIREDO MARTINS DIAS
WAYNER OLIVEIRA

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Velho, 08 de julho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3077/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos Artigos 11 e 24 e anexo VI, da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, sem ônus, para exercer a função de Gerente de Programa do Plano Plurianual – PPA, da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, para o período de 2020-2023, os seguintes servidores:

CLEITON ROQUE – Operações Especiais
HELDER RISLER DE OLIVEIRA – Poder Legislativo em Ação
RAFAEL FIGUEIREDO MARTINS DIAS - Aperfeiçoamento da Gestão do Poder Legislativo
WAYNER OLIVEIRA – Apoio Administrativo do Poder Legislativo.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Velho, 08 de julho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL